ARQUITETO

Exemplar de Assinante / Cr$ 12,00

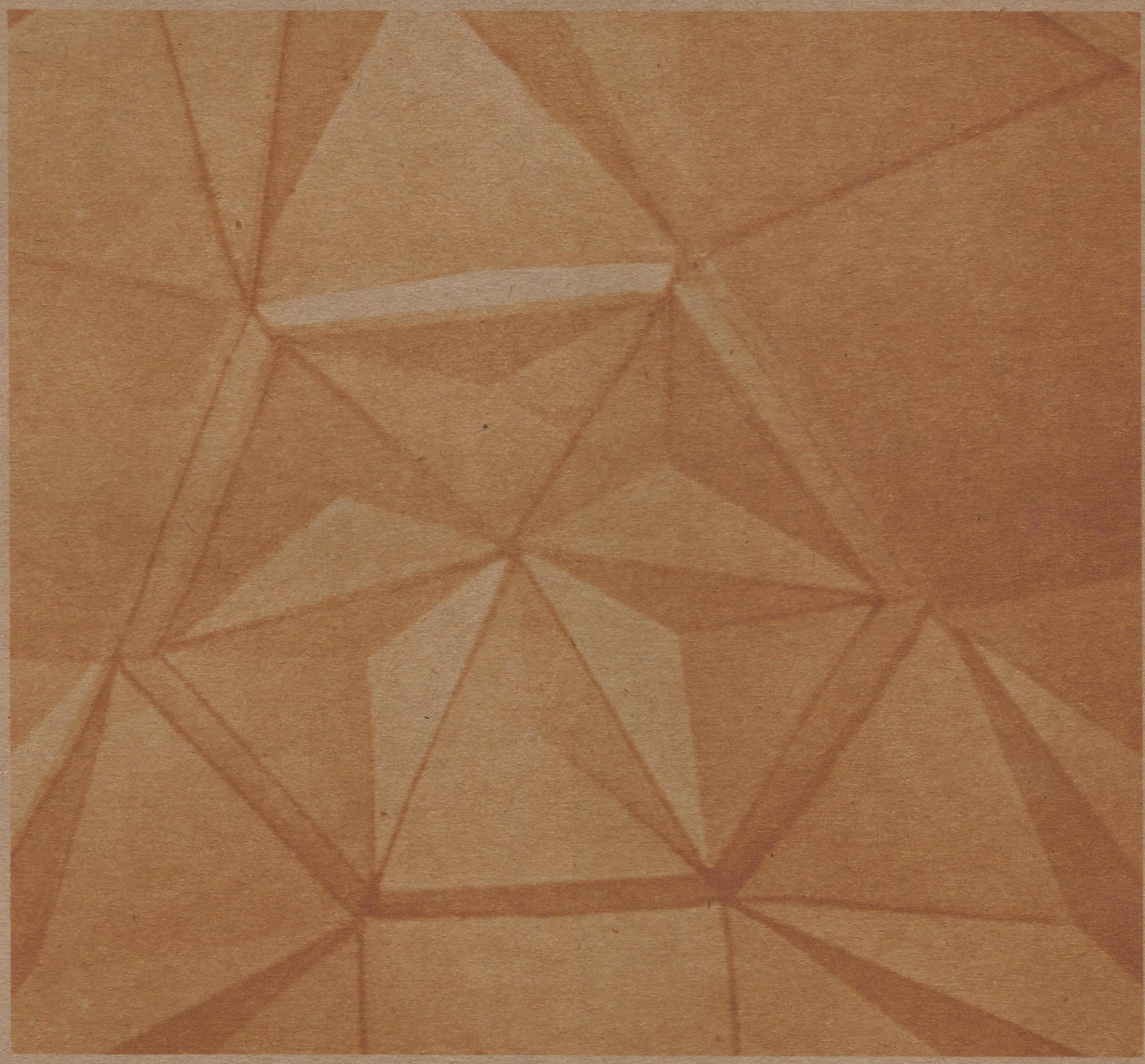
37

Congresso de arquitetos, a hora e vez da participação coletiva

Após mais de sete anos de abstinência, os arquitetos terão novamente um encontro nacional, aberto à participação de todos. O temário, amplo, reflete a intensa problemática que a classe enfrenta no dia-a-dia dos escritórios e a batalha constante para aumentar sua participação no encaminhamento de soluções para os problemas urbanos, numa tentativa de melhorar a qualidade de vida nas sofridas cidades brasileiras.
Na página 3, uma análise do presidente Miguel Pereira.

Três edições especiais de seu jornal, o Arquiteto

O Jornal **Arquiteto** em seus quase quatro anos de existência tem procurado acompanhar de perto todas as discussões de interesse da classe. Incentivando o debate sobre os problemas de nossas cidades e da intervenção — que se faz cada dia mais necessária — dos arquitetos no planejamento urbano e regional, o jornal sempre buscou — ou pelo menos tentou, honestamente — a tradução do pensamento dos arquitetos brasileiros, do IAB, dos Sindicatos de Arquitetos. E nesse momento, histórico para a classe, não poderia deixar de realizar mais um esforço editorial, um esforço que representará uma vitória de todos os arquitetos: além de um amplo esquema de cobertura durante o Congresso, lançaremos três edições especiais sobre o encontro:
A primeira, **Arquiteto** 38, circulará dentro de alguns dias. Nela você poderá se informar sobre como participar, como enviar teses ou trabalhos para a exposição.
A segunda, **Arquiteto** 40, será distribuída na abertura do Congresso, apresentando um panorama geral do que acontecerá no Congresso.
A terceira, **Arquiteto** 41, fará um balanço do encontro, com a publicação das teses aprovadas, projetos premiados e ampla cobertura jornalística.
Em meio a estas edições históricas não poderíamos deixar de registrar uma outra vitória, a do jornal que em sua edição n.º 39 irá comemorar seus quatro anos de existência.



Vancouver, as lições, os erros e as vitórias de um encontro

A Conferência sobre Assentamentos Humanos promovida pela ONU foi, sem dúvida, um marco no trato dos problemas que afligem o homem de hoje. Foi o reconhecimento de que o problema do habitat existe em macroescala, comprometendo o próprio futuro do homem. Neste número apresentamos um balanço do que foi o encontro, onde os arquitetos brasileiros estiveram representados por Fábio Goldman. Páginas 9 a 12.

Um estímulo à criatividade dos estudantes

O trabalho de criação coletiva realizado pelos alunos da FAU/Guarulhos (SP) deixou seus professores animados e estimulados a continuarem. Um pouco do que está sendo feito naquela escola na página 6.

Centro campestre, a presença marcante dos arquitetos

A filosofia do jornal sempre esteve orientada no sentido de mostrar, não somente aos arquitetos, mas também às construtoras, aos órgãos públicos, e profissionais ligados à construção e ao planejamento, o trabalho do arquiteto.
Com a publicação do encarte sobre o Centro Campestre do SESC, onde o cuidado com a paisagem e com o usuário — a massa de comerciários — estão presentes no projeto, o **Arquiteto** dá prosseguimento aos seus projetos de ampliação:
1. A seção Prancheta será reformulada, visando transformar-se num caderno de atualidades, mostrando projetos recém-entregues ou obras recém-construídas. Será publicada bimestralmente;
2. Os Cadernos Especiais focalizarão grandes projetos ou temas específicos: saúde, habitação, lazer. Projetos industriais, de escola, etc.
No próximo número, divulgaremos o programa do jornal, com detalhes, para que você possa opinar e colaborar enviando trabalhos.

Exercício profissional, do recolhimento de INPS aos direitos autorais

A sistemática de recolhimento das contribuições devidas ao INPS pelos autônomos está na pág. 19 O artigo do prof. Antonio Chaves sobre Direitos Autorais, na 18. Na página 17 o projeto Nelson Carneiro, fixando piso salarial para arquitetos, engenheiros e agrônomos.

Opinião

Neste depoimento, o presidente nacional do IAB, Miguel Pereira, fala das expectativas em relação ao encontro nacional.

Congresso de arquitetos: a hora e vez da participação coletiva

Ao término do VIII Congresso Brasileiro de Arquitetos o IAB passava a trilhar o caminho definido nas conclusões desse conclave. Ao voltar-se para a possibilidade do equacionamento de uma política profissional, a partir de uma forma de trabalho vinculada a promoções de menor escala. Assim, surgiram os encontros, seminários e simpósios, como formas mais adequadas para o debate dos problemas de nossa profissão.

Consubstanciava-se nesse mesmo quadro uma quase inviabilidade, ou ainda, desalento, quanto às formas mais abertas de propor a análise dos caminhos profissionais.

Porto Alegre, setembro de 1969 — véspera do Congresso Internacional que se realizaria em Buenos Aires, sob o patrocínio da UIA — marcou o longo percurso vivido pelo IAB, num constante processo de distanciamento em relação às suas bases: o conjunto dos arquitetos brasileiros.

Para quem ainda guardava na memória o significativo sucesso do I Congresso Nacional de Arquitetos Planejadores, realizado em Curitiba, 1966, e o VI Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado no mesmo ano, em Salvador, assistir ao desfecho do encontro de Porto Alegre, depois de VII Congresso (BH-1967), apenas razoável, constituía a aceitação de uma estratégia político-profissional perspicaz e ao mesmo tempo perigosa.

De um lado, o clima político do país, pouco propício ao exercício do verbo e aos ajuntamentos profissionais reivindicativos; de outro, a inexorável contingência da alternativa do silêncio, da autocensura e do próprio medo. Estas são premissas responsáveis por um comportamento profissional crescentemente figurativo, insistentemente indireto, dono de um pensamento metafórico e escorregadio.

É verdade que uma profissão não se faz presente nem necessária, através de atos de coragem ou de desafios gratuitos, mas, pela consciência social de seus próprios valores e pela visão tranqüila da capacidade que tem de contribuir para o enriquecimento tecnológico e cultural do país. Em suma — se assim for necessário — dizer que o Rei está nú e que os arquitetos não são alfaiates, não deve constituir nenhum pecado político-profissional, desde que manifestamos nossa capacidade de bem propor os caminhos mais adequados à nossa participação na vida brasileira.

O estreito Forum de Debates delimitado pelo IAB no Congresso de Porto Alegre, como instrumento de construção de uma política profissional para os arquitetos, por mais dinâmico que tivesse sido nas tentativas concretizadas através de pequenos encontros e dos temas específicos, não conseguiu responder aos constantes desafios que a classe vem, desde então, recebendo.

Isto é, o posicionamento profissional, não raro, tem pecado pela omissão, ou, se assumido numa primeira instância, prejudica-se logo a seguir, pela falta de continuidade e objetividade de enfrentamento. É o que tem acontecido em relação à Política Habitacional, Política Urbana e Política do Meio-Ambiente, para só citar alguns dos parâmetros fundamentais que caracterizam a demanda profissional.

Por conseqüência, o procedimento profissional quotidiano se ressente pela falta de clareza nas regras do jogo dessa demanda. E essa falta de uma visão unitária da classe, diante desses problemas, faz sucumbir na posição individual de cada arquiteto ou escritório, todo o arcabouço da presença profissional dos arquitetos brasileiros.

Uma vivência temerariamente atomizada tem sido responsável pela fragilidade de nossas vitórias ou a veemência de nossos insucessos.

Desde sempre, e pelas idiossincrasias de sua próxima formação, os arquitetos nunca tiveram dúvidas de sua necessidade como profissão. Hoje, no entanto, o próprio governo, através de suas metas, não tem outra alternativa senão admitir essa necessidade, já que a organização do espaço físico como instrumento de produção, segundo o modelo sócio-econômico vigente, tem demonstrado que as máquinas urbanas vêm padecendo de sérias carências na performance de sua potencialidade produtiva.

Este raciocínio mereceria um maior aprofundamento, em cuja seqüência e no mesmo sentido, poderíamos examinar o carisma da política habitacional e também relativa ao meio ambiente, coisa que aqui o fazemos apenas em referência, pela exiguidade do texto dedicado a estas observações.

Não se trata de fazer da lamentação uma profissão de fé, pois, este não pode, nem deve ser o feitio de quem crê na sua profissão e no órgão que dirige — o IAB — mas, isto sim, de admitir a necessidade de se retomar a esteira de alguns valores perdidos, como os nossos congressos.

Não se trata de negar as diretrizes definidas em Porto Alegre, mas de afirmar-se que essas são insuficientes e propiciam a imprudência do isolamento do IAB em relação às suas bases.

Não se trata ainda, de se esquecer das promoções, realizadas no sentido de objetivar as conclusões do VIII Congresso, mas de cantar a excelência das mesmas, destacando-se, no entanto, que, apesar disso, não conseguiram as respostas mais adequadas, nem alimentam as linhas mais corretas para a manutenção de uma política profissional.

Vale, por isso, registrar a alta qualidade da I Bienal Internacional de Arquitetura, realizada em junho/julho de 1973. Coroada de pleno êxito, permitiu a realização de alguns eventos paralelos, como a reunião de presidentes de departamentos do IAB, e dos sindicatos de arquitetos, a reunião dos representantes do IAB na UIA, Simpósio Nacional de Escolas de Arquitetura e Seminário sobre Meio-Ambiente.

No mesmo sentido, vale o registro para o Encontro Nacional de Arquitetos sobre Metropolização — novembro de 1973, e, Simpósio Nacional sobre Política Urbana — novembro de 1974.

Eventos dessa natureza porém, só poderão manter a escala de sua importância e o sentido de sua significação, se conjugados no balanço periódico de promoções mais amplas, como os nossos congressos nacionais de arquitetos.

Estes são alguns fatores que qualificam a expectativa com que é aguardado o IX Congresso Brasileiro de Arquitetos.

O acerto de sua temática — "O Arquiteto e sua Atuação Profissional" — diz muito bem das pretensões alimentadas.

ARQUITETO

Ano III n.º 37
Tiragem: 12 000 exemplares

ARQUITETO publicação do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo, Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento de São Paulo e Schema Editora Ltda.

Editado por **SCHEMA EDITORA LTDA.** Redação, Publicidade e Administração: rua Frei Caneca, 322 - térreo - telefone: 257-7049, CEP 01307 — São Paulo. Distribuição nacional dirigida a arquitetos, órgãos do governo e construtoras. Circulação nacional.
Assinatura (12 números), Cr$ 120,00.
Número atrasado, Cr$ 10,00.

SASP
Presidente: Geraldo Vespasiano Puntoni. **Vice-presidente:** Paulo Lúcio de Brito; **Diretor-Secretário:** Teru Tamaki, **1.º Tesoureiro:** Ricardo Chahin; **2.º Tesoureiro:** Sérgio Teperman; **Diretores Suplentes:** Helène Afanasieff, Nelson Andrade, José Expedicto Prata, Ana Maria de Biase Gonçalves Dente, Luiz Gonzaga de Oliveira Camargo e Paulo Sérgio de Souza e Silva. **Conselho Fiscal:** William Munford, Rodney Guaraldo e Antonio Melchior — Efetivos: João Clodomiro Browne de Abreu, Maria Cecilia Closs Scharlach e Paulo Celso Dornelles del Picchia — Suplentes.

IAB-SP
Presidente: Benno Michael Perelmutter; **Vice-Presidentes:** José Magalhães Jr., Fabio Goldman, Edson Eloy de Souza; **Secretário Geral:** Walter Renam Maffei; **Secretários:** Ernesto Theodor Walter, Roberto Gonçalves da Silva; **Tesoureiros:** José Alvaro Coelho e José Borelli Neto; **Diretores:** Luiz Cláudio Villares, João Honorio de Mello Filho, Julio Katinsky, Pedro Taddei, José Carlos Ribeiro de Almeida e João Walter Toscano. **Conselho Fiscal:** Geraldo Vespasiano Puntoni, Leon Dikstejn e Maria Cecília Closs Scharlach; **Representantes do Conselho Superior:** Eurico Prado Lopes, Haron Cohen, J. B. Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha, Sérgio Zaratin e Tito Livio Frascino (titulares), Alfredo S. Paesani, Israel Sancovsky, José Cláudio Gomes e Sami Bussab (suplentes).

ARQUITETO
Editor: Vicente Wissenbach; **Diretor Responsável:** Fábio Penteado; **Diretor de Redação:** Arlindo Mungioli; **Publicidade:** Luiz Carlos Onaga, Eros Lelot Filho, Maria Arakaki (assistente); **Diretor Adjunto:** arq. Sérgio Teperman; **Coordenadores:** Helène Afanasieff, Maria Helena Flynn; **Editoria:** Vivaldo Tsukumo (editor gráfico), Vanda Frias Pinto (editor assistente/redação), Paulo Caruso (ilustrações), **Colaboradores:** Arquitetos César Bergstron Lourenço, Cristiano Mascaro, Teru Tamaki, Stenio José Ferreira (Rio), Ephim Shluger (SUA); **Fotografia:** Fotógrafos Associados, Profoto; **Fotolitos:** Artes Gráficas Polychrom; **Composição e Impressão:** Companhia Lithographica Ypiranga; **Produção:** Schema Editora Ltda.

Notícias

Defesa de Olinda

Diante da ameaça da Prefeitura de Olinda de "limpar" a trator uma área tombada pelo Instituto do Patrimônio Histório e Artístico Nacional (IPHAN), um grupo de arquitetos pernambucanos, tendo à frente o arquiteto Dalvino Trocolli Franca, presidente do IAB-PE, cercou a área de manobra das máquinas com seus carros particulares, impedindo o acesso das mesmas e a conseqüente destruição. Em face do que aconteceu, o IAB-PE vai promover um movimento de esclarecimento da população de Olinda sobre o valor do acervo do município e a necessidade de preservar seus monumentos.

Boletim no Ceará

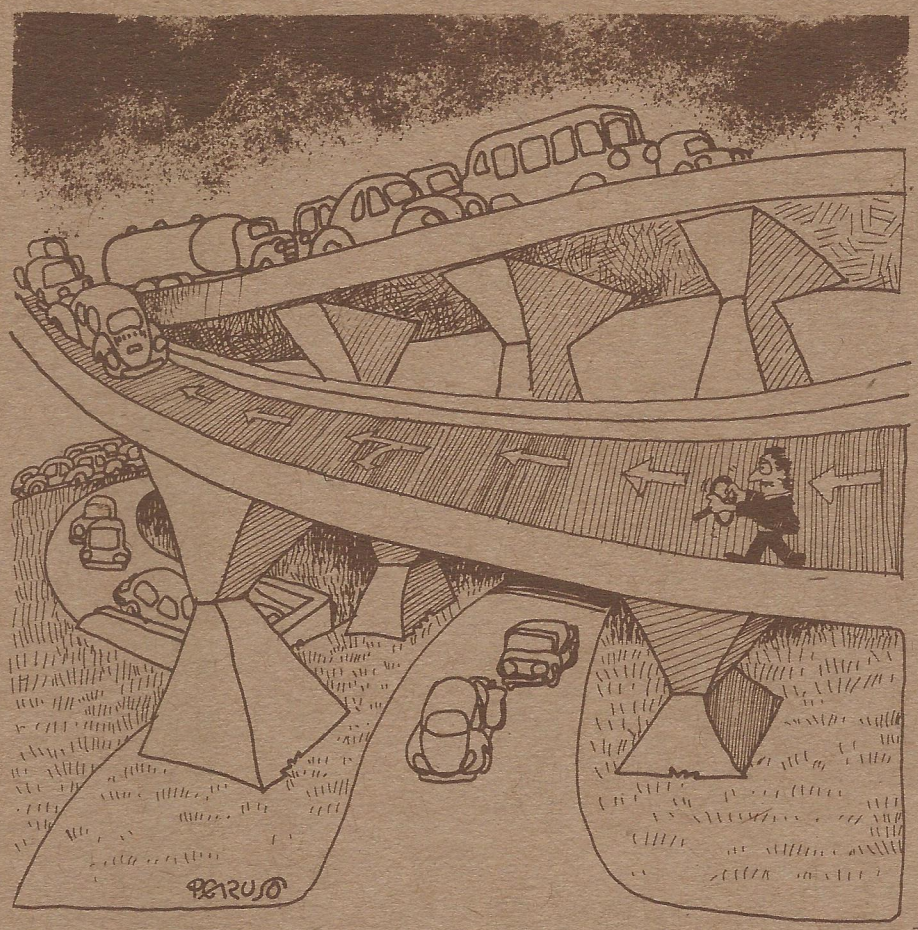
O Departamento do IAB no Ceará lançou, no mês de julho, o número zero de um boletim de informações, que pretende ser um instrumento de debate entre os arquitetos. "Acreditamos que em cada escritório, em cada repartição, em cada sala de aula, no dia-a-dia do trabalho, sejam levantados e discutidos assuntos que são do interesse coletivo", afirma uma nota de apresentação do boletim, concluindo que ele pode ser uma maneira de veicular essas questões e conseguir o intercâmbio desejado.

Criatividade e Tecnologia

Procurando debater temas que exercem influência sobre a atuação do arquiteto, o IAB-CE, em conjunto com a Universidade Federal do Ceará e o CREA da 9.ª Região, promoveu um seminário sobre "Criatividade e Tecnologia". O professor Demétrio Ribeiro (IAB-RS) desenvolveu o sub-tema "Criatividade e Tecnologia na Cidade". O professor Newton Gonçalves (UFC) falou sobre o tema na área da Universidade e o professor Flávio Mota (USP) na área da Produção Artística.

Seminário e Curso para arquitetos do Ceará

Com o objetivo de promover a pesquisa arquitetônica e o conseqüente desenvolvimento da criatividade, a Universidade Federal do Ceará (Departamento de Arquitetura e Urbanismo) e o Ministério do Interior estão promovendo um seminário sobre Habitação no Ceará e as Tendências do Desenho Industrial, sob coordenação do professor Flávio Mota e dos arquitetos Paulo Cardoso da Silva, Nícia Paes Bormann e Neudson Braga. Ele acontece todas as quintas-feiras, às 20 horas, na UFC (Curso de Arquitetura e Urbanismo). Além deste seminário, o professor Flávio Mota, a convite da UFC, está dando um curso sobre "Arte na Vida Urbana", no Auditório Castello Branco, às segundas-feiras, às 20h30.



Assessoria jurídica: IAB e Sindicato

O IAB-SP contratou o advogado Hélio Navarro para prestar assessoria jurídica gratuita aos arquitetos sócios da entidade, com relação a assuntos de natureza profissional. O advogado fará plantão na secretaria do Instituto nas primeiras terças e quartas-feiras de cada mês, das 14 às 18 horas; os interessados deverão entrar em contato com a secretaria, antecipadamente, deixando seus nomes. Por sua vez, no **Sindicato dos Arquitetos,** a advogada Liliam de Melo Siqueira continua atendendo os associados todas as terças-feiras, das 10 às 12 horas.

Suplente do IAB na Cogep

O novo regulamento da Cogep estabelece que os representantes das diversas entidades devem ter suplentes. O IAB-SP designou o arquiteto Ernesto Theodor Walter para essa função; o representante titular é o arquiteto Fábio Goldmann.

Colabore com Sami na Emurb

Sami Bussab, representante do IAB-SP no Conselho Administrativo da Emurb, vem procurando esclarecer os demais membros desse organismo das posições do Instituto em relação à política de planejamento urbano, contratação de serviços e projetos para São Paulo. No momento, ele está colaborando com a Emurb no sentido de definir critérios mais eficientes para a escolha de escritórios de arquitetura em licitações; se você tem sugestões a oferecer sobre esse assunto, procure por Sami no IAB.

ESCRITÓRIO JACOBINA
Assessoria Fisco-Contábil-Tributária

Especializado em todos os serviços relacionados às sociedades civis e profissionais autônomos

Av. Ipiranga, 879, 8.º andar - cjtos. 87 e 88
Fones: 35-2436 e 32-8967 - São Paulo

FAU de Santos

O arquiteto Oswaldo Correa Gonçalves foi novamente escolhido para o cargo de diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos; o arquiteto Raymundo de Paschoal será o vice-diretor.

Nova diretoria do IAB-MG

A nova diretoria do IAB-MG, que dirigirá a entidade durante 76/77, é composta pelos seguintes arquitetos: István Farkasvolgyi (presidente), Nelson Marques Lisboa, Álvaro Mariano Teixeira Hardy, Fernando de Oliveira Graça, Fernando Freire Pimentel, Eduardo Luiz Batista, Gil Piroli, Flávio Almada, Jairo Fernandes e Adalberto Alves Sobrinho. Conselho Superior: Joany Machado e José Carlos Laender de Castro; Reynaldo Luiz Calvo e Henrique Oswaldo de Campos (suplentes). Conselho Fiscal: Jessé Guimarães de Brito, Josfrancis de Mello Silva e Luiz Antonio Lanza.

Schweizer na Costa Rica

Desde dezembro do ano passado, o arquiteto Peter José Schweizer, ex-presidente do Sindicato dos Arquitetos da Guanabara, está dirigindo um projeto de implantação de um sistema nacional de planejamento urbano e regional na Costa Rica, com contrato de um ano pela OEA.

Denúncia do IAB-CE junto ao CREA

O representante do IAB-CE junto ao CREA da 9.ª Região, arquiteto Delberg Ponce de Leon, apresentou denúncia contra a Secretaria dos Serviços Gerais do Patrimônio do INPS. Ela editou uma ordem de serviço, no mês de abril, que infringe os artigos 34 (letra "r") e 83 da Lei 5.194/66, que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrônomo. O processo de denúncia tramitou pela Câmara de Engenharia Civil e, confirmada a infração, foi recomendado o início imediato de ação competente; além disso, enviou-se o parecer do relator às associações de classe, ao superintendente regional do INPS, ao sub-secretário do Patrimônio e aos profissionais e firmas cadastrados no INPS.

Tabela de honorários: registro

O CREA da 9.ª Região, na sua reunião plenária do dia 1.º de julho, aprovou o processo de solicitação de registro das tabelas de honorários dos engenheiros e dos arquitetos, solicitada pelo Sindicato dos Engenheiros do Ceará. A tabela de honorários dos arquitetos, agora registrada no CREA da 9.ª Região, é a que vigora desde janeiro de 1975.

Escolas

Esta pesquisa dos alunos de Guarulhos deverá ser exposta na Exposição de Estudantes do IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, em outubro.

Na FAU de Guarulhos, os alunos do 3º semestre desenvolvem projetos

De março até o final de junho, os 160 alunos do 3.º semestre da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo "Farias Brito", de Guarulhos, trabalharam com entusiasmo. Apesar de estarem apenas iniciando seus estudos, puderam passar por uma experiência geralmente reservada a seus colegas em final de curso: envolveram-se numa seqüência completa de projeto, desde as pesquisas de custos e material até a execução dos trabalhos propostos. Puderam, assim, sentir um projeto transformando-se em realidade, com todas as dificuldades que surgem no seu caminho.

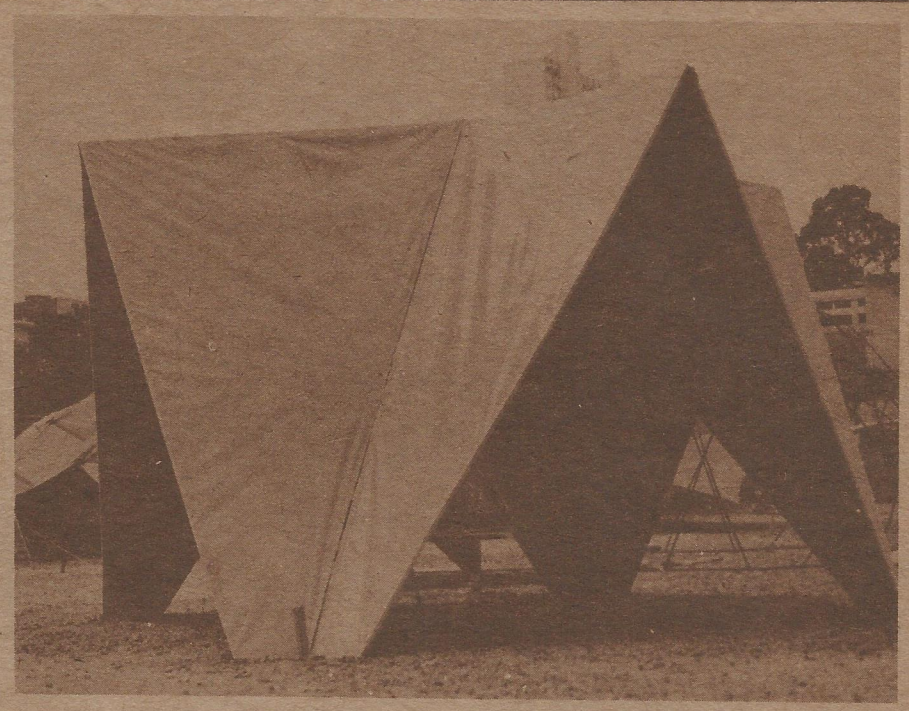
Essa experiência foi desenvolvida pela cadeira de Projeto, ministrada pelos arquitetos Eduardo Kneese de Mello e Vitor Lotufo. Segundo Lotufo, a finalidade da disciplina nos dois primeiros anos da faculdade — curso básico — é a de preparar os alunos para os projetos que irão enfrentar nos anos subseqüentes. Com essa intenção, a cadeira deu como tema aos alunos do 3.º semestre, no início deste ano, uma construção que ocupasse aproximadamente 20 metros quadrados de área útil e que pudesse servir como estandes de exposição, bancas de flores ou de jornais, etc.

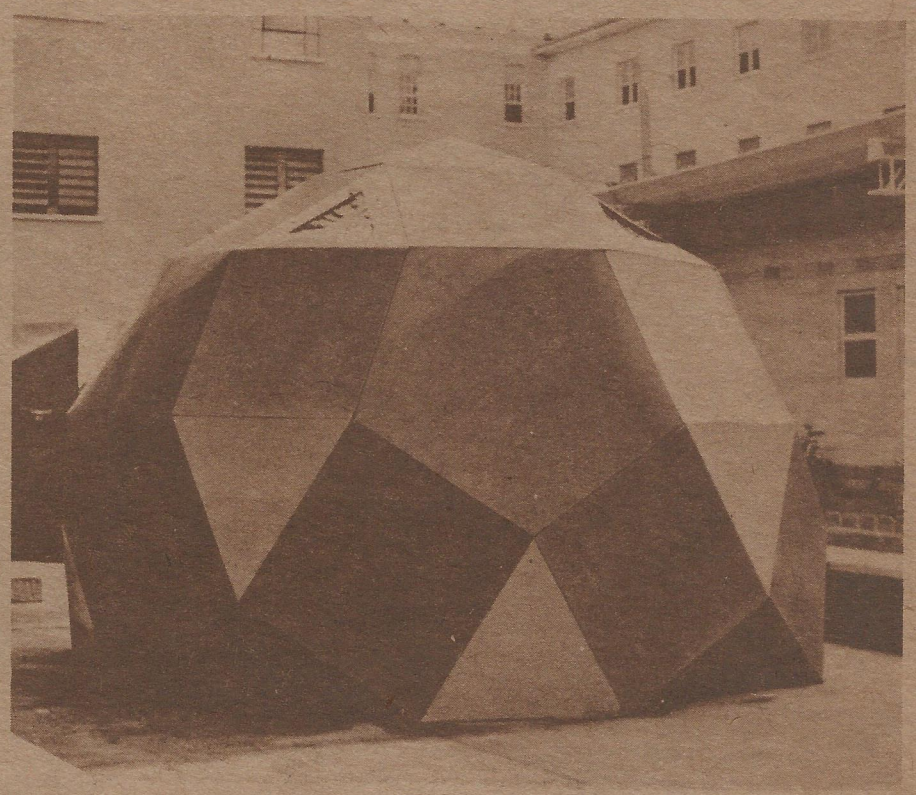
Numa primeira fase, desenvolvida individualmente, os alunos fizeram um levantamento de dados sobre custos, materiais e outras experiências semelhantes já realizadas. Depois, cada um fez um estudo preliminar, apresentando sua idéia com relação ao projeto. As diversas sugestões foram debatidas em classe e, então, grupos de alunos se reuniram livremente em torno de idéias comuns.

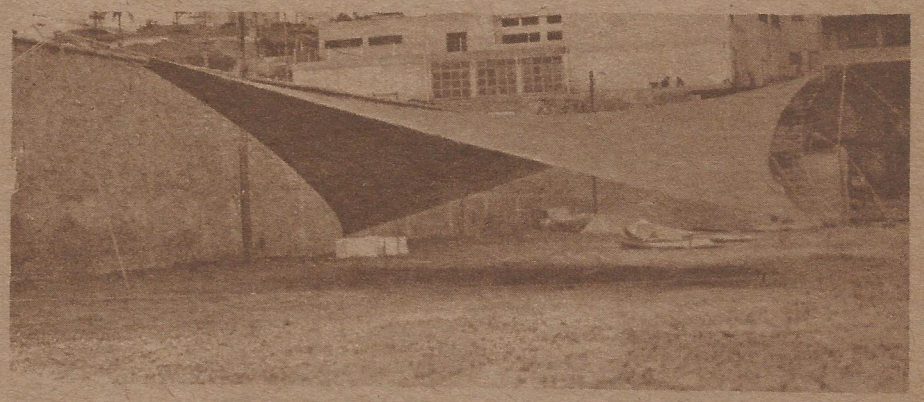
A segunda fase, coletiva, começou com nova pesquisa, desenvolvida agora pelos grupos, e dirigida em função das idéias escolhidas. Cada grupo fez também um novo estudo (de custos, material, etc.) e um projeto de execução. Foram apresentados mais de 30 trabalhos, com uma variação muito grande de soluções. As cores mais escolhidas foram as de tom vivo e os materiais mais utilizados foram o papelão ondulado, tubos de PVC, bambú, coberturas de plástico, cordões de nylon, etc.

No dia da execução dos projetos, o clima na escola foi de festa, com a participação da quase totalidade dos alunos da faculdade. Os trabalhos foram montados no estacionamento e ficaram uma semana expostos. Os alunos debateram seus projetos, fazendo uma reavaliação que servirá de base para a turma do ano que vem, evitando-se que algumas soluções não bem sucedidas voltem a ser repetidas. Por exemplo: o estande de um grupo, que usou papelão como material, ficou deformado em pouco tempo em virtude da umidade do ar, enquanto outro trabalho, onde o papelão foi impermeabilizado com tinta, não apresentou o mesmo problema.

Segundo Lotufo, a possibilidade de desenvolver um projeto logo no início do curso incentivou de tal maneira os estudantes, que eles estão trabalhando com os professores da cadeira de Projeto durante as férias para discutir o trabalho a ser feito no semestre que vem. Lotufo acrescenta que a realização dos projetos pelos alunos do 3.º semestre recebeu a colaboração de diversas empresas no fornecimento de material: Atlantis, Alfenco, Klabin, Sansuy, Sherwin Wilhiam's, Alpargatas, Bretanha, Hellermann, Marka e Malharia e Tinturaria Triunpho.







No Seminário do CEPAM, IAB-SP defende posição sobre o solo criado

A compreensão do conceito de **solo criado** e seu aproveitamento na criação de mecanismos mais eficientes de controle do uso do solo tornou-se mais fácil depois que o CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal), órgão da Secretaria do Interior, realizou um seminário sobre o tema no final de junho (ver **Arquiteto n.º 36**). Na primeira fase do encontro, que aconteceu em São Sebastião, o arquiteto Pedro Taddei, diretor para Política Urbana do IAB-SP, defendeu a posição dos arquitetos paulistas em face dos novos dispositivos de controle urbanístico em debate. A posição do IAB-SP faz parte de um documento preparado por uma comissão especial da entidade, coordenada por Taddei, e da qual participaram os seguintes arquitetos: Luiz Carlos Costa, Nazareno Sposito Neto, Stanislau Affonso, Nelson Popini Vaz, René Nusdeu, Roberto Gonçalves da Silva, Ruy Gama e Domingos Theodoro de Azevedo. A seguir, a íntegra desse documento e, também, as conclusões a que chegaram os técnicos presentes à primeira fase do encontro.

De há muito os arquitetos brasileiros vêm examinando a problemática de nossas cidades, sugerindo inúmeras medidas que propiciem a correção das distorções oriundas da ocupação desordenada do solo urbano.

O documento do IAB-SP

Atento aos debates que ora se desenvolvem em torno dos novos instrumentos legais de controle urbanístico, aventados no documento "Solo Criado" elaborado pelo CEPAM — Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal da Secretaria dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo e apresentados ao público pelo prefeito Olavo Setúbal em abril, refletindo as preocupações do Governo Federal, através da CNPU — Comissão Nacional de Política Urbana e Áreas Metropolitanas da Secretaria Especial de Planejamento da Presidência da República, o Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento de São Paulo, através de comissão especial, examinou detidamente a questão e vem a público manifestar sua posição.

1. Encaramos com otimismo a desvinculação entre o "direito de propriedade" e o "direito de construir", elemento fundamental do conjunto de dispositivos sugeridos na tese "Solo Criado", tendo em vista que esta desvinculação permitirá a introdução de mecanismos capazes de render à coletividade o usufruto dos benefícios gerados pelos investimentos públicos.

2. O "coeficiente único de aproveitamento" e a "transferência do direito de construir", que a referida desvinculação permite, poderão atenuar as dificuldades inerentes à definição e aplicação de leis de zoneamento nos moldes atuais, conferindo aos poderes públicos maior capacidade para disciplinar a ocupação dos terrenos em consonância com os investimentos públicos em infra-estrutura. Conseqüentemente, a adoção desses dispositivos investirá os poderes públicos da responsabilidade suplementar de explicitar claramente os objetivos do desenvolvimento urbano, o que exige a perfeita definição das áreas a adensar ou conter bem como daquelas que, por razões históricas, culturais ou ecológicas, deverão ser preservadas.
A omissão nessas definições poderá acarretar resultados inócuos, quando não, agravantes da situação atual.

3. Por outro lado, deve-se levar em conta que, a aplicação deste conjunto de dispositivos exigirá a adequação do aparelho administrativo do governo dentro de uma nova estrutura, para fazer face às novas modalidades de análise e aprovação de projetos, bem como de concessão de direitos de transferência e construção.

4. O êxito na definição dos referidos objetivos, bem como na aplicação dos novos instrumentos, depende de forma inarredável do respaldo que a opinião pública poderá oferecer. Torna-se portanto necessária a ampla mobilização de entidades profissionais e comunitárias em novos moldes, tais como conselhos de caráter deliberativo em nível municipal e metropolitano, investidos da responsabilidade de estabelecer as diretrizes que nortearão a aplicação dos dispositivos pelos órgãos públicos encarregados.
A experiência recente de casos de derrogação dos dispositivos da Lei do Zoneamento em São Paulo, vem demonstrando que a existência de ampla base de sustentação comunitária torna-se indispensável para impedir que se exerçam pressões de interesses conflitantes sobre os poderes públicos.

5. A extensão do debate, devidamente estruturado a todas as camadas e setores da população, torna-se fundamental para propiciar também a adequação das diversas atividades econômicas às novas disposições legais, evitando eventuais descompassos quando da implantação desses instrumentos.

O IAB-SP dando seqüência às suas atividades de reflexão e discussão dos problemas urbanos, propõe-se como núcleo catalizador dos debates, abrindo-se efetivamente à comunidade, a fim de propiciar a participação da mesma a exemplo de atitude já assumida pela Secretaria Extraordinária de Assuntos Metropolitanos do Estado de São Paulo, através da Emplasa — Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo, quando do encontro realizado em novembro passado em São Paulo.

Reviflex nylon transforma o chão num ponto-de-venda.

Reviflex nylon combina a resistência de um bom piso com a beleza e a maciez de um bom tapete, por isso vale pelos dois. Pode ser colocado, num instante, sobre a própria base de cimento.
E oferece uma lista de vantagens completamente fora de série.
Quanto à segurança, por exemplo, Reviflex é o único ao mesmo tempo antiestático e retardante às chamas. Esta última característica - que consiste num filme de alumínio colocado entre a camada nobre (100% nylon) e a base - você encontra no Reviflex nylon de base RC. Para os tipos de base RA e RB ela é opcional.
Mas o Reviflex nylon não para aí: é ainda antialérgico, antimofo, antitraça, antiacústico e anti tudo o que possa perturbar o bom acabamento da sua construção.
Prefira Reviflex nylon: o piso com mil e um argumentos de venda.

Reviflex nylon Fademac

Dispensa tapetes por cima e pisos por baixo.

Documento

O documento aprovado em São Sebastião reflete algumas posições definidas há muito pelos arquitetos, no tocante ao uso e ocupação do solo urbano.

As conclusões de São Sebastião sobre o solo criado

"Constata-se que face ao acelerado processo de urbanização que se observa no Brasil, não se tem conseguido ambientes urbanos satisfatórios. Em particular, os instrumentos de ordenação até agora utilizados não têm produzido resultados aceitáveis no tocante ao uso e ocupação do solo urbano.

A debilidade de resultados alcançados como uma das razões principais é o fato de que as condições do mercado da terra são altamente determinantes de seu uso efetivo.

Resulta que a natureza e intensidade do uso da terra ou sua retenção como área ociosa decorrem do processo econômico do que das metas de planejamento estabelecidas.

Assim, passa a ser de interesse fundamental que sejam criadas condições novas para o mercado imobiliário a fim de reduzir as resistências que ele possa apresentar aos objetivos do desenvolvimento urbano.

Uma via para isso seria desvincular a propriedade do solo urbano do direito de construir, o qual passaria a ser controlado pelo poder público responsável pela produção dos equipamentos coletivos e pela obtenção de padrões de vida urbana.

À vista do exposto e considerando:

a) A necessidade de se evitar a ocupação de certas áreas além da capacidade da infraestrutura de saneamento e transportes e além dos níveis compatíveis com a salubridade ambiental e com a estética urbana;

b) A necessidade de se evitar a subutilização da terra urbana inclusive pela ociosidade de lotes de alto valor de uso, dada sua localização e serviços disponíveis;

c) A necessidade de se assegurar ao poder público efetivas condições para que possa obter os terrenos de que necessita para:

— a implantação e ampliação dos sistemas urbanos de saneamento, transporte, recreação e outros, além das áreas necessárias para habitação de interesse social;

— a implantação de projetos de urbanização, seja na renovação de áreas deterioradas, seja na extensão de novas áreas urbanas;

— a preservação das condições do meio ambiente;

d) A necessidade de fazer com que se mantenham monumentos de interesse cultural;

e) A necessidade de reversão ao poder público de uma maior parcela da mais-valia criada com o processo de urbanização, de modo a permitir que ela possa responder aos encargos desse processo;

f) A necessidade de se aprimorar os mecanismos de controle da intensidade da ocupação do solo ora em vigor, com vistas especialmente à correção das distorções que estes podem provocar no preço dos imóveis.

Propõe-se:

A introdução de um **novo instrumento** de regulamentação do uso e ocupação do solo urbano apoiado na figura da transferência do direito de construir.

Esse novo instrumento orienta-se pelos seguintes postulados:

1. O direito de construir, associado ao direito de propriedade territorial, é limitado pela função social da propriedade.
2. A toda propriedade, por razões de eqüidade social, deverá ser assegurado igual direito de construir.
3. No interesse da comunidade, a capacidade edilícia de cada terreno poderá ser menor ou maior do que o direito de construir associado àquela propriedade.
4. Para assegurar justiça social, atendido o interesse da comunidade, o proprietário poderá alienar seu direito de construir.
5. Para melhor aproveitamento do solo urbano, atendido o interesse da comunidade, o proprietário poderá adquirir o direito de construir, assim como obter onerosamente do poder público licença para edificar a mais.

A quantidade de construção correspondente ao exercício do direito individual de construir inerente à propriedade da terra, seja expressa através de um índice de aproveitamento, aqui denominado índice único.

O instrumento prevê a outorga pelo poder público, ao proprietário, de um direito de construir adicional ou inferior a esse índice único. No primeiro caso, configura-se o aparecimento do que se convencionou chamar de "Solo Criado".

A outorga do direito de construir se fará com vistas às necessidades e possibilidades de produção do espaço urbano, de forma que:

a) o poder público seja ressarcido dos encargos decorrentes, nos casos em que as construções superarem o índice único;

b) os proprietários cujo direito individual for eventualmente reduzido tenham a possibilidade de transferir a parte desse direito que não puder ser utilizada.

Existem duas alternativas quanto à abrangência do direito de construir associado ao direito de propriedade:

a) limitado às áreas urbanas, de expansão urbana e de interesse urbano;

b) estendido a todo o território nacional.

A introdução do novo mecanismo de regulamentação do uso e ocupação dos lotes deverá ser feita gradualmente, assegurando-se os direitos adquiridos. Se houver alguma perturbação no mercado imobiliário, essa deverá ser passageira pois haverá uma tendência à acomodação do mercado.

A perspectiva de tais possíveis perturbações não deverá servir de pretexto para que o preço do solo criado não se aproxime o máximo possível daqueles em vigor no mercado; deve-se evitar que resulte em dois mercados distintos: o do solo criado e o do solo real.

Para impedir o surgimento de um mercado paralelo do solo criado deve-se assegurar que somente através do poder público sejam transacionados direitos de construir. A venda de direitos de construir por particulares somente será permitida quando tais direitos forem inferiores ao índice único. Neste caso os proprietários poderão vender a diferença entre o índice permitido e o único.

Nos casos de monumentos de valor cultural e ambiental o índice de aproveitamento deverá ser próximo de zero.

Nas áreas de interesse ecológico o índice de aproveitamento poderá ser inferior a 1.

Nos casos acima o poder público terá conhecimento prévio da transação e prioridade na compra dos direitos de construir.

O poder público não deverá outorgar direitos de construir além daquela quantidade fixada no plano local ou metropolitano de desenvolvimento urbano.

A outorga de direito de construir se fará a pedido do proprietário por ocasião da aprovação do projeto de sua validade será restrita a um prazo determinado dentro do qual a construção deverá ser executada.

Em áreas determinadas em que a intensificação da ocupação interessar ao desenvolvimento urbano, o poder público poderá estabelecer prazos para o exercício do direito de construir, após o que esse direito poderá ser transferido a outra propriedade na mesma área.

O poder público definirá as áreas dentro das quais serão possíveis as permutas de direito de construir.

O proprietário que construir menos que o índice, não terá direito de vender a diferença.

Deve ser assegurada a vinculação dos recursos auferidos pelo poder público à execução de obras e serviços que redundem em melhoria das condições da vida urbana, muito especialmente àqueles ligados a habitações e a instalação de infraestrutura urbana e equipamentos sociais nas áreas periféricas.

Ao governo federal caberá a institucionalização dos conceitos básicos, especialmente nos aspectos que tangenciam o direito civil, e estabelecer os princípios gerais para a aplicação do novo mecanismo.

Aos governos municipais caberão a elaboração dos planos de ocupação do solo, a delimitação das distintas áreas envolvidas, a operação e a fiscalização do processo, e a gestão dos recursos envolvidos.

Os governos estaduais participarão, nos casos em que for necessário compatibilizar planos de ocupação do solo abrangendo mais que um município."

Arquiteto Autônomo, V. que curtiu o IR 76

Se V. quiser passar adiante o abacaxi em 77, consulte já esse pessoal que só trabalha para autônomos e entende disso como ninguém: abre, inscreve, escritura, recolhe, declara, encerra e resolve. Controla o livro caixa para aproveitar as deduções da cédula, imposto de renda, ISS, INPS, contribuições outras, alvarás, relação 2/3 (sabe o que é isso?), registros e outros mistérios exigidos pela profissão.

Telefone: 228-4566

SEVIAN Contábil S/C Ltda.
Lgo. do Paissandu, 72 - 8.º - Conj. 80

Fábio Goldman, representante oficial do IAB na Conferência, analisa os efeitos do encontro e sua importância para o desenvolvimento do Terceiro Mundo.

Em Vancouver, o consenso mundial sobre muitos temas debatidos pelo IAB

Não é de hoje que o IAB incentiva debates em torno das muitas questões colocadas pelos assentamentos humanos. E, nesse tipo de preocupação, sempre esteve acompanhado por outras entidades brasileiras e do exterior. Por isso, os temas debatidos e as propostas aprovadas pela Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos, realizada no final de maio e começo de junho em Vancouver, não trouxeram grandes novidades.

Qual, então, a importância do encontro? Para o arquiteto Fábio Goldman, representante do Instituto no Forum paralelo promovido pela UIA, ela reside num fato: pela primeira vez, o "Habitat" foi tratado a nível internacional por um organismo do peso das Nações Unidas e por pessoas que, na maioria dos casos, ocupam postos de decisão nos governos dos países participantes. Assim, a partir de Vancouver, as colocações ganharam um consenso internacional, garantindo certo respaldo a entidades que defendem posições semelhantes nos diversos países.

Segundo Goldman, a Conferência foi organizada em dois níveis. No plenário, cada delegação deu a palavra oficial do governo de cada país, traçando um panorama das medidas já adotadas para solucionar os problemas do "Habitat" ou que ainda estão am fase de planejamento. Nos três comitês — Cooperação Internacional, Programas Nacionais e Declaração de Princípios — as discussões políticas se acentuaram, ao se elaborar os documentos que seriam aprovados pelo plenário.

A "Declaração de Vancouver", por exemplo, recebeu do plenário 86 votos contra 15 (além de 10 abstenções). E, de acordo com Goldman, a tônica deste e de outros documentos da Conferência foi dada pelos países que formam o Grupo dos 77 (Terceiro Mundo), que votavam sempre em bloco, impedindo, assim, a aprovação de propostas contrárias a seus pontos de vista.

Como exemplo, ele cita as discussões de uma comissão, onde se colocava que os governos deveriam exercer o **controle** sobre o uso da terra. O delegado norte-americano, apoiado por representantes de outros países, sugeriu que se substituísse o termo controle por **vigilância,** mas a proposta foi rejeitada pelos países do 3.º Mundo. "A nova posição política internacional, ditada por esse grupo de países, é um fato", diz Goldman. E acrescenta: "se ela é correta ou trará bons resultados, só o tempo dirá".

O Forum

Aberto ao público e à palavra de qualquer pessoa inscrita, o Forum, que a União Internacional dos Arquitetos (UIA) promoveu paralelamente à Conferência, deu margem a um debate muito rico e a todo tipo de manifestação. Segundo Goldman, ela podia ir desde pronunciamentos da famosa antropóloga Margareth Mead sobre desarmamento até apresentações musicais de grupos indígenas norte-americanos.

O Forum aconteceu numa antiga base de hidroaviões, onde os diversos hangares abrigaram auditórios, salas de reunião, restaurantes, exposições, etc. No centro de cada hangar, havia um grande auditório com aparelhagem de tradução simultânea, onde os assuntos mais variados — mutirão, uso da energia atômica, lazer, etc — eram discutidos em painéis com dois ou três debatedores inscritos. Em torno de cada auditório, numa série de dez a quinze salas menores, outros debates se intervalavam com a exibição de filmes e outras manifestações. Num só dia, chegou a haver 70 promoções distintas.

Segundo Goldman, as possibilidades de que o Forum influenciasse as decisões da Conferência, como pretendiam seus organizadores, não eram muito grandes. Os debates do encontro da ONU estavam encaminhados de tal forma, que dificilmente um organismo exterior poderia pesar sobre eles. Um grupo de 24 cientistas e intelectuais de renome tentou pressionar a Conferência, defendendo suas teses no documento "Declaração do Simpósio de Vancouver", apresentado no Forum.

Embora não tenha havido uma intervenção do Forum sobre a Conferência, Goldman considera que as opiniões nele colocadas coincidem, de modo geral, com as posições defendidas pela "Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos", documento final do encontro da ONU (será publicado no próximo n.º).

Neste número, **Arquiteto** também publica dois depoimentos e duas entrevistas sobre Vancouver. Os depoimentos são do arquiteto João Ricardo Serran, membro do Grupo de Trabalho sobre "Habitat" da UIA, e do engenheiro João Leão, da Secretaria de Economia e Planejamento do governo de São Paulo (Seplan); as entrevistas são do arquiteto Paulo Sérgio de Sousa e Silva, também da Seplan, e do arquiteto William Munford, da Emurb.

Especial

O aprofundamento dos temas debatidos em Vancouver e um maior contato entre os latino-americanos, são duas das propostas do arquiteto Paulo Sérgio.

Paulo Sérgio: IAB e faculdades devem debater temas principais

As instituições e entidades dos países participantes do **Habitat 76** devem programar cursos, seminários e outros tipos de promoções que permitam difundir os problemas e proposições sobre assentamentos humanos, apresentados durante a Conferência. O arquiteto Paulo Sérgio de Sousa e Silva, que trabalha na Secretaria Estadual do Planejamento em São Paulo e participante do encontro como membro-observador, endossa essa proposta e sugere que o IAB e as Faculdades de Arquitetura e Urbanismo debatam os temas mais importantes levantados em Vancouver, com a finalidade de comparar as soluções apontadas no Canadá com os mecanismos já adotados ou em discussão aqui no Brasil.

Segundo Paulo Sérgio, a Conferência foi um acontecimento predominantemente político. "O que esteve por trás de tudo foi o jogo no quadro internacional, que fez com que o Brasil votasse o documento final com os países do 3.º Mundo, enquanto os países adiantados votavam contra. E isso esvazia o documento: ele ganhou em votos, mas não conta com a aprovação das nações em condições de financiar a efetivação de suas propostas. Essa divisão se deve, a meu ver, a dois motivos: a condenação do sionismo como uma forma de racismo e a composição do bloco do 3.º Mundo".

Os pontos mais importantes do documento aprovado em Vancouver, para Paulo Sérgio, são os seguintes:

1. O ítem mais forte do documento é o que trata da terra, afirmando que ela é vital para o desenvolvimento de assentamentos humanos e fazendo duas propostas: de que cabe aos governos gerir ou manipular a terra, sendo que a manipulação em restrições à propriedade do solo; e de que deve retornar à sociedade como um todo a mais-valia da terra, resultante do desenvolvimento urbano. Essa afirmação — a mais forte — não implica novidade alguma para quem está familiarizado com o urbanismo, visto que a lei de zoneamento e o código de edificações já vêm colocando restrições à mais-valia. A restituição da mais-valia também não é novidade, pois há muito que se discute a distribuição de melhoria. Porém, há dificuldades para ser colocada em prática, pois implica na distribuição, pelo menos de parte, do excedente do valor da terra para a comunidade.
2. Participação da comunidade no planejamento, implantação e na própria gerência dos assentamentos humanos, principalmente naquelas áreas que lhe dizem respeito mais diretamente. Este é não só um direito como um dever da população e deve ser conquistado.
3. Necessidade do desenvolvimento e utilização de tecnologia adequadas nos países em desenvolvimento. A grosso modo, existem tecnologias que mobilizam grande quantidade de capital, enquanto outras implicam no emprego de grande quantidade de mão-de-obra. Às vezes, ocorrem distorções quanto a essa questão e cita-se o exemplo da instalação de uma indústria sofisticadíssima num país da África, que teve que utilizar mão-de-obra européia, matéria-prima importada e, depois, exportar seus produtos. Portanto, a escolha de uma tecnologia deve levar em conta as condições de cada país, quanto a recursos materiais e humanos, mercado e prioridades de desenvolvimento.
4. Apelo para uma redução significativa das despesas militares, pois, se fosse economizado 10% do dinheiro gasto no setor atualmente e esses recursos fossem canalizados para a melhoria dos assentamentos humanos, estariam praticamente resolvidos os problemas urbanos.
5. Pedido de moratória quanto à utilização da energia nuclear para fins de geração de energia elétrica, com a interrupção de programas e de implantação de novas usinas até que se tenha um conhecimento mais seguro dos efeitos que essas usinas irão causar ao homem e ao meio ambiente, principalmente os efeitos do lixo radioativo. Ele contém resíduos do plutônio gerado por essas usinas e sua ação radioativa não cessa jamais; depositá-lo no fundo do mar ou nas minas de sal abandonadas, como têm feito os americanos, poderá implicar, a médio prazo, no retorno de substâncias radioativas ao ambiente do homem, através de todas as formas de vida. Em alguns Estados norte-americanos, as moratórias estão em andamento e já se interrompeu a instalação de usinas.
6. Advertência para o perigo da falta de água potável para o homem e uma proposta no sentido de que, até o ano de 1990, se consiga suprir a todos de água potável.
7. Recomendação da reciclagem em contraposição a uma renovação urbana que substitua a totalidade das estruturas. A reciclagem envolveria um aproveitamento máximo possível das estruturas existentes, dentro de uma preocupação de evitar desperdício de estruturas que podem estar obsoletas para determinados usos, mas terem condições de resistência e durabilidade para outros. É o que a Emurb se propõe no caso do edifício Martinelli.
8. Aplicar todos os esforços no sentido de devolver a cidade ao pedestre.
9. Na constituição dos assentamentos humanos, preconizou-se o agrupamento de habitantes de diversas faixas de renda, procedência e grupos etários. E, também, a mescla de atividades (em vez de áreas exclusivamente residenciais, comerciais, etc) para se obter um espaço urbano mais rico em termos humanos.

Fotos João Leão

Contato com o 3.º Mundo

Além da adoção de propostas como estas, que agora deverão ser debatidas nos países participantes, o **Habitat 76** teve um outro mérito, segundo Paulo Sérgio: "ele foi muito rico em termos de contato e estou convencido de que temos muito o que aprender nos países do 3.º Mundo, principalmente nos da América Latina. Por exemplo: o México está vivendo um processo de urbanização e de metropolização mais intenso que o nosso, sob certos aspectos".

A Cidade do México já é maior e cresce mais que São Paulo, vivendo, juntamente com outras metrópoles latino-americanas, uma experiência urbana totalmente inédita. "Jamais as cidades cresceram com tal velocidade e isso faz com que, sem se rejeitar o que se possa aprender nos EUA e na Europa, tenhamos que desenvolver uma experiência própria, que irá requerer uma criatividade muito grande. E, nesse sentido, é da maior importância o contato com esses países latino-americanos, que estão vivendo uma experiência análoga."

O arquiteto William Munford e o engenheiro João Leão falam da necessidade de implantação das recomendações de Vancouver.

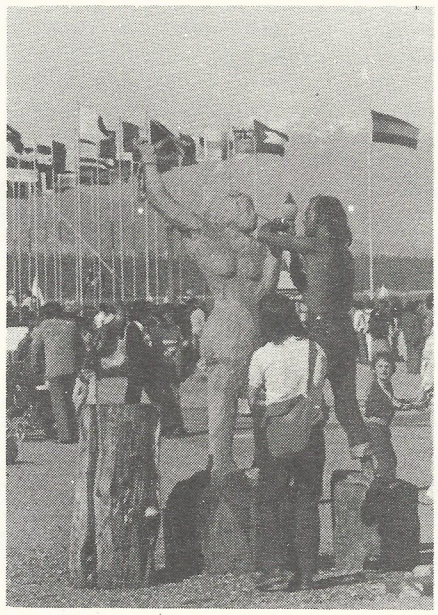
Da teoria à prática: para Munford, este foi o grande mérito

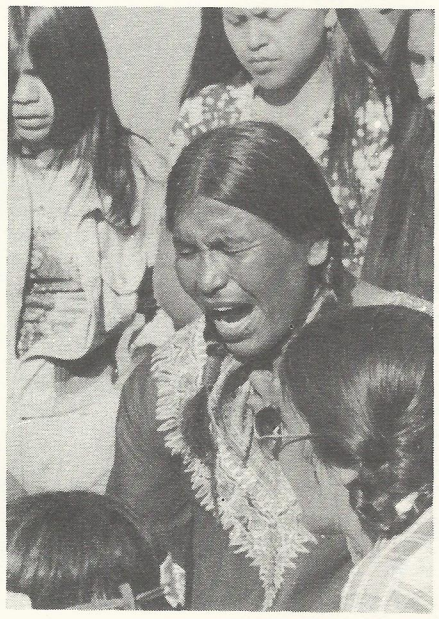
O grande mérito da Conferência de Vancouver foi fazer com que a abordagem dos problemas dos assentamentos humanos passasse de uma fase especulativa e teórica para o terreno da prática, com as recomendações feitas nesse sentido pelo documento final do encontro. Esta é a opinião do arquiteto William Munford, da Emurb, para quem as diretrizes para a ação aprovadas pela Conferência irão exigir, contudo, uma série de revisões de pontos de vista institucionais defendidos em alguns países, principalmente quanto à propriedade da terra, à participação popular, à escolha de tecnologias e ao emprego de mutirões. Ele acredita que a aprovação do documento por países do 3.º Mundo onde impera a livre iniciativa só foi possível porque ele continha uma ressalva — bastante política — de que cada país procurará implantar as recomendações, buscando um caminho próprio dentro de suas instituições.

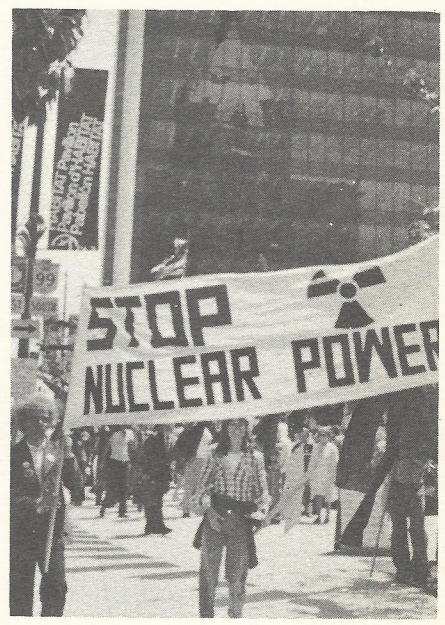
Além desse ponto, Munford pensa que Vancouver trouxe duas outras contribuições importantes. Em primeiro lugar, ficou caracterizado claramente que os problemas enfrentados pelo 3.º Mundo são muito diferentes dos que se apresentam aos países desenvolvidos. E isso podia ser constatado em duas ocasiões distintas: na Conferência e no Forum da UIA, muitas proposições técnicas de grande efeito para países como os EUA, Canadá ou França, não causavam grande impacto entre os representantes de países africanos ou da América Latina; na Exposição de Arquitetura, enquanto os trabalhos dos países adiantados buscavam uma sofisticação tecnológica, os países africanos, principalmente, procuravam usar a tecnologia disponível, sem grandes refinamentos, na procura de soluções para os problemas mais prementes da maioria da população.

A segunda contribuição, segundo Munford, foi o caráter dado ao Forum da UIA. Aberto ao público e com livre inscrição de oradores, "ele teve o aspecto de um "happening", com a apresentação de um painel de tudo o que acontece no mundo, de grande riqueza humana e social para os técnicos". A presença das minorias organizadas — índios, esquimós, feministas, negros, etc. — levou o Forum a debater seus problemas políticos e sociais. Essa discussão de temas políticos tirou do encontro seu caráter tecnocrático e "serviu para que, pessoalmente, cada um dos técnicos tivesse uma experiência vivencial bastante forte, que irá repercutir na visão que eles têm dos problemas".

Munford atribui aos organizadores do encontro de Vancouver bastante habilidade política em dosar pressões. A grande massa, que poderia pressionar os participantes da Conferência, teve no Forum um local de debate de seus problemas muitas vezes explosivos.







Fotos João Leão

João Leão: começa agora a etapa de implantação das recomendações da ONU

"A reunião de Vancouver não pode ser analisada como um fato isolado, como um evento (ou vários, simultâneos) que reuniu, por uma quinzena, técnicos de toda a parte do mundo, vinculados aos problemas dos assentamentos humanos. É preciso compreendê-la como a etapa politicamente mais importante de um processo que através de discussão, trabalhos e reuniões prévias, inclusive de caráter regional e com a participação de especialistas brasileiros, serviu à elaboração dos documentos básicos da Conferência e do Forum. Em Vancouver, praticamente consolidou-se um consenso técnico e político sobre uma série de pontos de vista e diretrizes de ação quanto ao planejamento e à gestão do habitat.

Ao mesmo tempo, iniciou-se uma outra etapa, na qual novas atitudes deverão ser adotadas no sentido de implementar suas recomendações e incorporá-las às estratégias governamentais de cada país e de cada região.

A reunião teve duas etapas distintas. Uma primeira, na qual o Forum constituiu-se no centro dos eventos mais interessantes, emergindo os problemas mais polêmicos e destacando algumas intervenções de especialistas — particularmente do Terceiro Mundo — cujas experiências enriqueceram bastante as discussões e certamente influenciaram e influenciarão novas colocações de técnicos brasileiros e latino-americanos em geral. A segunda etapa foi aquela na qual a predominância do interesse esteve voltada ao processo político-diplomático que ocorria na Conferência propriamente dita.

Embora o Forum continuasse a manter um intenso programa de palestras, painéis e reuniões de grupos, as atenções maiores voltar-se-iam às Comissões oficiais e ao plenário propriamente dito, onde a problemática política poderia afetar ou comprometer o consenso técnico até então alcançado. Talvez pela distância física dos dois eventos, talvez pela peculiaridade da conjuntura e do processo de discussão a nível de Nações Unidas, a troca de informações e mesmo de pressões entre o Forum e a Conferência foi, a meu ver, insuficiente, quando poderia ter sido mais eficaz e mais gratificante para o conteúdo dos documentos finais.

Uma preocupação importante que foi percebida em praticamente todos os acontecimentos do Habitat, levantada tanto com origem em países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento (variando evidentemente a enfase ou o enfoque prioritário de cada um — país ou pessoa) quanto à reação contra a utilização de tudo o que não é reincorporado à natureza, particularmente de tudo o que não se sabe seguramente o grau de controle que o Homem tem sobre ele. Manifestações, teses e pronunciamentos (inclusive oficiais) freqüentemente ievantaram uma expressiva inquietação relativamente à energia nuclear, ao desperdício, à aplicação de tecnologias que resultam em produtos não degradáveis, em processos que comprometem o equilíbrio ecológico, em procedimentos inadequados às características físicas e culturais de cada país."

Serran analisa os resultados: fracasso e vitória

Vancouver, por seus resultados, oferece uma excelente oportunidade para se avaliar a importância que as questões ambientais assumem nos dias atuais. Embora não tenha participado da Conferência Internacional sobre o Habitat, os primeiros depoimentos de colegas presentes aos debates do Canadá permitem traçar um esboço geral do que ocorreu e tirar algumas conclusões preliminares.

Habitat-76, possivelmente, foi a maior conferência convocada pelas Nações Unidas sobre qualquer tema. Estima-se que estiveram presentes, aproximadamente, umas 10 mil pessoas, considerando as duas reuniões simultâneas: três mil na Conferência Oficial de Governos e sete mil no Forum para entidades não governamentais, realizada no campus da Universidade. Cem ministros de Estado permaneceram por duas semanas debatendo questões propostas no encontro; cerca de 10 milhões de dólares (estimativa) foram aplicados desde os preparativos até o encerramento. Enrique Peñalosa, o Secretário Geral, visitou mais de oitenta países para a convocação.

Muito bem organizada do ponto de vista administrativo e técnico (os documentos de base revelaram um excelente nível), contou Vancouver com a presença da maior parte dos países membros da ONU, com raras exceções, dentre as quais deve se destacar a China, fato que por si só merece uma especial atenção.

Quanto a seus resultados, Vancouver foi, a um só tempo, um fracasso e uma vitória. Fracasso (parcial) por não ter conseguido evitar o desvio dos debates para o confronto norte-sul (desenvolvidos e subdesenvolvidos), responsável pelo bloqueio da reunião por quase uma semana e suas repercussões nas conclusões quanto ao tipo de cooperação internacional (tema 3). Vitória (parcial) na medida em que revelou que os problemas como habitat, população, meio ambiente, etc., embora devam ser discutidos, decorrem fundamentalmente, da ordem econômica mundial e do confronto dos países ricos com os pobres; fato este exaustivamente denunciado, mas sempre considerado como verdadeiro.

Embora, conjunturalmente, o confronto tenha se explicitado em termos de árabes e israelenses, chegando mesmo a extremos de se propor uma moção contra o sionismo, parece que ficou muito claro a extrema dificuldade que a ONU enfrenta no momento para coordenar o debate sobre temas de natureza secundária antes de lograr resultados satisfatórios no âmbito do desenvolvimento econômico para os países do terceiro mundo; vale dizer, o tema da **dependência.**

Neste sentido, Habitat-76 é mais um episódio de uma luta permanente — contra a dependência — que revela, progressivamente, a urgência de se centrar os debates em temas mais importantes para a maioria das nações. Com efeito, se Habitat fosse um assunto decisivo no momento para a maioria dos países-membros da ONU, certamente não haveria o desvirtuamento que houve, nem a China e outros países deixariam de estar presentes. Na verdade, parece que se inicia o esgotamento de temas da "moda" como meio ambiente, população e habitat; um sinal desta evidência é que a Conferência de Vancouver não estimulou a proposição de outro tema correlato como ocorreu com os assentamentos humanos, resultante da Conferência sobre o Meio Ambiente de 1972, em Estocolmo.

Na medida em que o confronto norte-sul vem tornando inviável qualquer ação coletiva a nível mundial (como se verá mais adiante, as conclusões sobre a questão da cooperação internacional são muito ambíguas para o exame da próxima Assembléia Geral a se realizar em fins de 76), a tendência natural será a de buscar o consenso a nível regional (América Latina, Europa, Oriente, África e Ásia) onde o confronto não é tão acentuado e existem pontos de interesse comum, a despeito das divergências intra-regionais.

Por isso mesmo, uma das importantes recomendações da Conferência Governamental foi a de transferir para o âmbito regional, as definições sobre políticas e operação de programas sobre os assentamentos humanos; mais ainda, foi aprovada uma recomendação no sentido de que cada região realizasse, com a maior urgência e, antes da próxima reunião da Assembléia Geral da ONU, uma reunião intergovernamental para tentar um consenso regional sobre o tema.

Evidentemente ficou estabelecido que seria criado um organismo internacional com um máximo de 58 membros, dotado de uma secretaria executiva para coordenar as ações regionais e prestar assistência técnica e financeira. Em princípio todos os órgãos existentes nas Nações Unidas cuja atividade se relacionasse com estudos sobre assentamentos humanos seriam incorporados a esse novo organismo. Contudo, ficou pendente a questão de a que órgãos da ONU caberia subordinar as atividades relacionadas com o Habitat.

Aqui surge um interessante dilema: por um lado estão aqueles que defendem a tese de que a orientação caberia ao Conselho Econômico e Social por se tratar de um assunto intimamente ligado às questões do desenvolvimento; do outro lado, o grupo oponente, embora reconheça a estreita vinculação assinalada, postula uma subordinação ao Programa para o Meio Ambiente (Nairobi), enfatizando ser este um organismo mais dinâmico e criativo, dotado de mais recursos e, em melhores condições operacionais do que a ortodoxia do Conselho. Não é um problema de fácil solução; o mais grave é que foi transferido para o âmbito da Assembléia Geral da ONU.

Estes e outros tantos problemas do gênero, naturalmente, enfraquecem o resultado da Conferência, o próprio tema, senão a organização promotora. O que se pode concluir é que temas desta natureza só podem ser debatidos quando o cenário econômico mundial está relativamente calmo, para não dizer, em equilíbrio. Qualquer alteração mais acentuada — e a crise energética está aí mesmo — evidencia os fundamentos dos problemas secundários (como o habitat) e levam ao "desvirtuamento" dos debates sobre o tema.
Rebatendo este raciocínio para o plano nacional, parece muito claro que questões como meio ambiente, desenvolvimento urbano, etc., floresçam enquanto a economia "vai bem"; no caso, os primórdios dos anos 70, levando à criação da SEMA, em 1973, e da CNPU, em 1974. Na medida em que afloram problemas como o da balança de pagamentos e inflação, estas questões perdem seu prestígio relativo, permanecendo na ordem do dia apenas seus aspectos mais críticos como o da poluição atmosférica (São Paulo e Rio) ou transporte urbano (grandes cidades, inclusive metrô), como vem ocorrendo hoje no Brasil.

Todas, questões específicas, não necessariamente relacionadas com o espaço e sua organização (nossa atividade profissional) e, muito menos, com as questões centrais do desenvolvimento econômico (nossa atividade como cidadãos). Por outro lado, temas como administração, planejamento, pesquisa, formação de recursos humanos, ou mesmo, uso e propriedade da terra ou participação da população que, normalmente são objeto dos estudos relacionados com os assentamentos humanos refluem as suas origens, ficando à margem das grandes preocupações nacionais.

Aparentemente, isto explica — embora não justifique — a composição da delegação oficial brasileira à Habitat-76, composta, não por técnicos como inicialmente se anunciara, mas por diplomatas de carreira, ressalvado o respeito que nos merece o quadro do Ministério das Relações Exteriores e o papel correto que estes representantes desempenharam em Vancouver.

Agora, é aguardar que o acervo de documentos de Habitat-76 possa ser digerido pelos estudiosos do assunto no Brasil e que a próxima reunião intergovernamental que se realizará no México, dentro de alguns meses, logre um consenso regional em termos de América Latina, capaz de orientar uma ação conjunta do continente, com vistas a uma melhoria das condições de vida de nossa população."

Desenho Industrial

No seminário promovido pela ABDI foram levantados alguns dos principais problemas enfrentados pelos desenhistas industriais brasileiros.

No Design 76, um novo impulso para o desenho industrial brasileiro

Mais de 400 pessoas participaram do **Design 76** (I Simpósio Brasileiro de Desenho Industrial), promovido no final de maio, em São Paulo, pela ABDI (Associação Brasileira de Desenho Industrial). Quase dez anos depois do Forum Roberto Simonsen, pela primeira vez os **designers** se reuniram em escala nacional para conhecer a situação do DI no Brasil e iniciar o processo de sua promoção, aumentando seu potencial de intervenção junto às empresas e à sociedade brasileira.

O programa do Simpósio se dividiu em duas partes: nove conferências e três grupos de trabalho. Nas conferências, falaram elementos do governo, técnicos e **designers**: ministro Severo Gomes (Indústria e Comércio), Jorge Wilheim (Seplan), J. W. Bautista Vidal (Secretaria de Tecnologia Industrial, do MIC), Guilherme Hatab, Sérgio Kehl, Oliveira Lima, João Carlos Cauduro, Aloísio Magalhães e Alessandro Ventura.

Analisando o tema "Os profissionais e o desenho industrial", um dos grupos de trabalho concluiu que "a situação do desenho industrial no Brasil reflete nosso estágio geral de país em vias de desenvolvimento, econômica e tecnologicamente dependente". E que "para contribuir com a estratégia nacional de desenvolvimento, os desenhistas industriais devem atuar para elevar seu nível de competência e desempenho e para ampliar seu mercado de trabalho, em um processo sincrônico. Nesse sentido, os problemas profissionais básicos podem ser sintetizados no binômio qualificação profissional e promoção do desenho industrial".

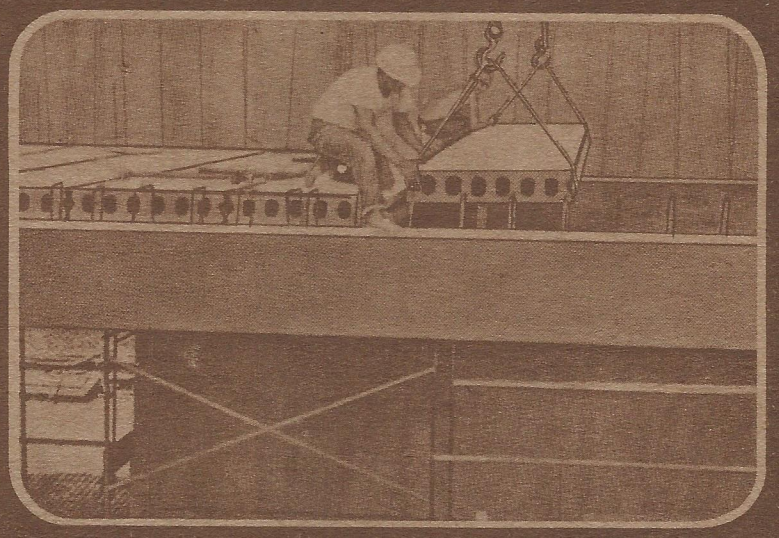
Para o grupo de trabalho, cabe à ABDI, como órgão de classe, a análise desses problemas e o desenvolvimento de programas que permitam uma maior e melhor intervenção do desenhista industrial, "tendo como objetivo final a satisfação das necessidades básicas de nossas populações, a independência econômica e tecnológica e a elevação da qualidade de vida de nossa comunidade". Depois de detalhar os problemas da prática do DI, o grupo fez uma série de recomendações à ABDI, entre elas a ativação do processo de reconhecimento da profissão, a regionalização da entidade e a implantação de programas de informação, divulgação e de complementação da formação do DI.

Discutindo as relações entre "O governo e o desenho industrial", outro grupo de trabalho abordou diversos aspectos da demanda, fomento e regulação que as instituições ligadas ao governo poderiam dar ao DI. E recomendou uma divulgação mais intensa da metodologia do **design** e dos benefícios que sua correta aplicação pode trazer para as empresas e, conseqüentemente, para o consumidor, mostrando assim a função econômico-social do DI. Nesse trabalho, o grupo concluiu que a ABDI não deverá estar sozinha, mas contar com a cooperação de entidades governamentais; e recomendou também que a equipe de desenho industrial da STI passe a divulgar, de forma mais intensa e sistemática, suas atividades junto às outras instituições do governo.

"O ensino do desenho industrial" foi o tema do terceiro grupo de trabalho. Para ele, do confronto entre os objetivos a serem atingidos por um curso de DI com a realidade atual do ensino, verifica-se que é premente a reestruturação do currículo mínimo das escolas de DI. Nesse sentido, o grupo sugeriu a criação de uma comissão de trabalho, composta por elementos diretamente interessados na questão, tais como professores e alunos das escolas de DI, a ABDI, o MEC e a STI. E recomendou a procura de meios que possibilitem formar docentes e pesquisadores e a instituição de cursos de especialização e aperfeiçoamento, oferecendo aos profissionais do DI oportunidades de aprofundamento em áreas específicas.

1. Os textos completos do Design 76 podem ser solicitados, pelos interessados, à redação do Jornal **Arquiteto.**

LAJES DE PISO
A SOLUÇÃO
IDEAL: PAINÉIS
PROTENDIDOS
ibelajes



Onde haja uma construção de qualquer dimensão, de qualquer importância, de qualquer estrutura, de qualquer estilo, os painéis protendidos IBELAJES versáteis e resistentes, representam uma economia considerável de custo, mão de obra e tempo. Desde LAJES PARA PISOS E FORROS, COBERTURAS DE QUALQUER LINHA GEOMÉTRICA, PAREDES DE VEDAÇÃO, ARRIMOS, SILOS, PASSARELAS E CANALIZAÇÕES. Os painéis IBELAJES de esmerada execução não exigem normas especiais de emprego, pois são simples placas moduladas e autoportantes.

Informações e vendas:

IBELAJES CONCRETO PROTENDIDO SA. • S. Paulo — Av. Santo Amaro, 1649 — Fones: 543-2094 e 61-0445 • Jundiaí — Fone: 6-4622 • Campinas — Fone: 31-9099 • Santos — Fone: 2-9085 • Taubaté — Fone: 2-3819 • São José dos Campos — Fone: 21-5526.

ibelajes

Fabricamos também lajes pré-moldadas para pisos, forros, coberturas e abóbadas.

Design/Debate

O arquiteto Alessandro Ventura fala dos caminhos do desenho industrial e levanta uma questão polêmica, propondo alguns caminhos para o DI.

Ventura: o que o DI deve fazer para sair das abstrações?

"Em linhas gerais, a situação do desenho industrial no Brasil está aquém de incipiente. E isso se deve a uma série de erros que foram cometidos sob o ponto de vista profissional e, também, devido à situação conjuntural do país.

Se analisarmos a participação setorial da indústria brasileira entre 1940 e 1970, verificamos que existe uma variação muito grande. Em termos absolutos, todos os setores cresceram. Mas, se examinarmos a correlação entre eles, constatamos que houve um desequilíbrio: uns progrediram muito mais que outros. Nesse sentido, a falha dos profissionais foi se atrelar a setores decadentes, principalmente o do mobiliário. Com isso, eles se afastaram das áreas industriais que mais pesavam na fixação da política a ser seguida, na tomada de decisões.

Resultado: o desenho industrial brasileiro enveredou pelo caminho das abstrações. Se examinarmos textos que tratam da matéria de 1950 em diante, veremos uma discussão de temas importados da Europa, muito distantes da prática e da realidade brasileiras.

Sob o prisma da conjuntura do país, vemos que o empresariado nacional, em vez de desenvolver os produtos aqui, prefere copiar o desenho de fora. Por várias razões: custos, tempo e falta de pessoal capacitado.

Quando copia, o empresário não está aproveitando somente a forma do produto. As estatísticas de países desenvolvidos demonstram que, de cada 100 produtos desenvolvidos, 96 fracassam no mercado. Portanto, o risco de empreender um projeto desse tipo, mesmo nesses países tecnologicamente avançados, é muito grande. Então, o industrial brasileiro, quando imita, está de posse de um produto vencedor.

Além disso, o desenvolvimento de um produto não envolve somente as áreas de engenharia de produção e desenho industrial. Desde a pesquisa de mercado até o lançamento final do produto, há uma série de etapas que o empresário pode queimar, apenas copiando e fazendo pequenas adaptações.

Mais ainda, existem outros elementos que pesam no fator custo: desenvolver um projeto no Brasil, implica em criar também todo o ferramental necessário para a modelagem; por outro lado, quando se copia, a assistência técnica vinda do exterior é relativamente barata, imediata e com garantia.

Aliada ao problema de custo e de tempo, está a falta de pessoal capacitado, que saiba como fazer as coisas. E isso é uma decorrência do processo de industrialização brasileiro. Enquanto não existir demanda, o empresariado nacional não sentirá a exigência de apreender o que deve ser o desenho industrial brasileiro. E, conseqüentemente, não haverá escolas equipadas. Em termos de engenharia de produto não existe no país uma faculdade que seja tradicionalmente formadora de pessoal e, na área do desenho industrial, o problema é ainda mais grave.

O que o desenho industrial deve fazer para sair dessa situação? Os profissionais devem buscar, no contato do dia-a-dia com o empresariado nacional, os caminhos para demonstrar-lhe qual a colaboração que podem receber num processo de desenvolvimento de produto. Quais são esses caminhos, não sei. Para encontrá-los, é preciso muito debate. Mas a verdade é que não se pode desprezar dados reais. No **Design 76,** ressaltei que mais de 90% da indústria brasileira é constituída por pequenas e médias empresas e que, nesse total, a pequena empresa representa 90%. Nesses setores, a indústria do mobiliário está realmente nos primeiros lugares, mas outras áreas também estão presentes. Por exemplo, o número de pequenas empresas de mobiliário é quase o mesmo que o das eletrônicas. Essa análise pode dar algumas indicações do caminho a seguir."

Esqueça a arquitetura por uns tempos. E conheça pela Vasp esta terra rica de detalhes.

Na primeira oportunidade que você tiver, largue um pouco a arquitetura, embarque no primeiro jato da Vasp e se mande pelo Brasil.

Você vai voar com gente que gosta do que faz. E gente assim tem todas as chances de deixar você contente.

Viaje o Brasil pela Vasp. Você vai descobrir detalhes nesta terra que podem até servir de inspiração para seus projetos.

Não é em hora de descanso que aparecem as melhores idéias?

VASP

Onde você voa com quem gosta.

O arquiteto Julio Katinsky, do IAB/SP, em depoimento ao Arquiteto, **propõe um aprofundamento de alguns temas abordados no Seminário Design 76.**

Katinsky: o DI precisa de um sólido mercado interno

"Infelizmente não tive a oportunidade de acompanhar pessoalmente os debates e conferências sempre valiosos de um encontro como esse do I Simpósio Brasileiro de Desenho Industrial — **Design 76.**

Valho-me pois dos resumos feitos pela ABDI e cedidos pelo jornal **Arquiteto**.

Através deles, podemos "tomar o pulso" do que se está pensando sobre o assunto, não só da parte dos profissionais envolvidos como das autoridades interessadas, tanto a nível federal como estadual.

Este é um aspecto que cabe ressaltar, pois representa notável avanço com respeito aos encontros anteriores (Seminário de Ensino de Desenho Industrial — 1964 e Forum Roberto Simonsen).

As autoridades revelaram uma preocupação saudável e nova com os rumos políticos da atividade do desenho industrial, o que poderá, inclusive a médio prazo, consolidar os avanços já realizados.

Esse aspecto mereceria destaque nas reuniões e conferências, e, infelizmente, não foi tratado como merecia.

De fato, justo seria que alguém tivesse sido encarregado de apresentar um balanço do caminho percorrido nesses doze anos, em suma, apresentar a experiência brasileira de desenho industrial. Se ela não é tão rica a ponto de justificar ufanismos, não é tão pobre a ponto que

se aceite sua quase total omissão nas reuniões e conclusões.

O resultado é que as conclusões reveladas pelos textos estão eivadas de afirmações voluntaristas, dirigidas aos profissionais em geral "in abstracto", como se o aperfeiçoamento individual fosse a chave de solução desse problema (somente como exemplo, conclusões do Sr. Sérgio P. Kehl — Design e Produção. A. Oliveira — Design e Marketing e principalmente Alessandro Ventura — O designer e a empresa).

A guisa de contribuição para esse balanço, que deverá ser retomado em nível mais exato em outras oportunidades, gostaria de chamar a atenção sobre o exercício efetivamente realizado nesses últimos quinze anos de desenho industrial no Brasil. Há duas áreas de atuação em que, como é notório, o desenho industrial se destacou: na indústria de móveis, onde se encontram os mais sólidos exemplos de desenho, podendo ser citados "en passant" Sérgio Rodrigues com seus móveis de madeira, Jorge Zalsupin e sua equipe com objetos de plástico produzidos em série ou mesmo Paulo Mendes da Rocha com seus equipamentos de concreto. Outros exemplos poderiam ser arrolados, porém sempre voltados para um mercado restrito, o que obriga a considerações e recursos quase artesanais.

Os exemplos acima configuram claramente uma hipótese a ser debatida: o desenho industrial firmou-se nas indústrias que tinham uma sólida situação no mercado interno. Com efeito, a indústria de móveis, antes de atender ao mercado exportador, esteve voltada durante decênios para o consumo local.

Uma correta colocação, pois, do incremento do desenho industrial não pode esquecer a ampliação do mercado local. A evolução do desenho industrial brasileiro, poder-se-ia dizer, é função linear da absorção cada vez maior de grandes parcelas da população para os benefícios do mundo moderno.

A experiência mostra que, quando há necessidade e disposição para pagar, o projeto "aparece" em níveis bastante altos. Trata-se, pois, de tirar todas as conseqüências dessas observações.

Outra área que revelou aspectos extremamente promissores nestes últimos dez anos foi a presença das companhias estatais. Não custa nenhum esforço lembrar, por exemplo, a comunicação visual e os equipamentos dos postos da Petrobrás de autoria de Aluysio Magalhães e sua equipe.

Este exemplo é particularmente significativo, pois modestos proprietários de postos de serviço vêem-se beneficiados com equipamentos adaptados às condições brasileiras e de grande qualidade artística.

A esse propósito quero lembrar um modesto exemplo de que participei: Há cerca de oito anos, Bramante Buffoni, Abrahão Sanovicz e eu projetamos equipamentos para praças e jardins da P.M.S.P.. Alguns desses equipamentos foram produzidos e seu projeto entregue a firmas particulares que passaram a produzir para outras municipalidades. Mesmo sem receber os devidos direitos autorais, foi para nós um prazer acompanhar as repercussões de nossos projetos.

Para finalizar, quero lembrar o projeto de protetor de telefones públicos, o popular "orelhão" que já entrou (para ficar) em nossa paisagem urbana. Inicialmente projetado pela arquiteta S. Silveira para a TELESP, sua acolhida foi tão favorável, que a própria firma estatal cogitou na época de exportá-lo. Seria o caso de se perguntar se nesse processo os direitos da artista foram levados em consideração.

Estas são algumas observações que me parece deverão preocupar desenhistas industriais, arquitetos e autoridades".

Para clubes e camping, surge uma boa alternativa para o aquecimento de piscinas no inverno. Seu custo operacional é praticamente nulo.

Aquecedor Solar: aproveitando a energia gratuita da natureza

O agravamento da crise energética acelerou em todo o mundo, inclusive no Brasil, as pesquisas sobre fontes alternativas de energia. Desde 1968, a **Aero Dinâmica Equipamentos Industriais Ltda.** desenvolve um equipamento que se utiliza de uma dessas fontes: o aquecedor solar. Através de pesquisas e de uma unidade-teste, a empresa chegou, há cerca de um ano, ao produto definitivo.

Esse aquecedor solar se compõe basicamente de coletores de energia solar e tanque de armazenamento de água quente. Por sua vez, o coletor solar — que mede dois metros por um — é composto de um painel de alumínio, sobre o qual é fixada uma serpentina com tubos de cobre. Tanto a chapa de alumínio como as serpentinas são revestidas com uma resina preta, que se destina a absorver a radiação solar e refletir o mínimo possível dessa radiação.

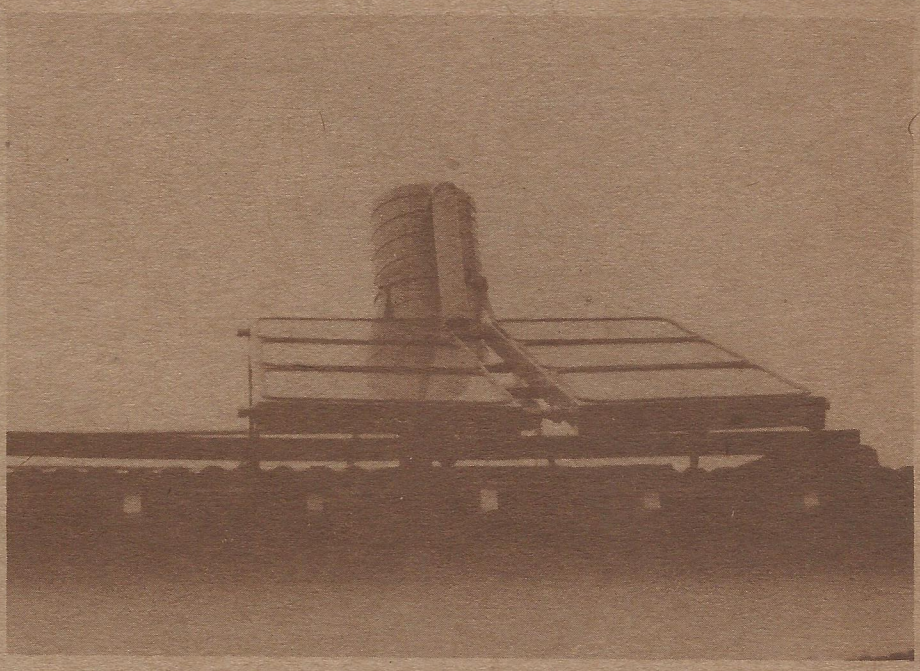
O conjunto é fechado dentro de uma bandeja de alumínio, sendo que, entre a placa de absorção e o fundo da bandeja, existe uma manta de lã de vidro de duas polegadas de espessura para garantir o isolamento térmico. A parte superior da bandeja é fechada com um vidro, vedado com uma guarnição especial.

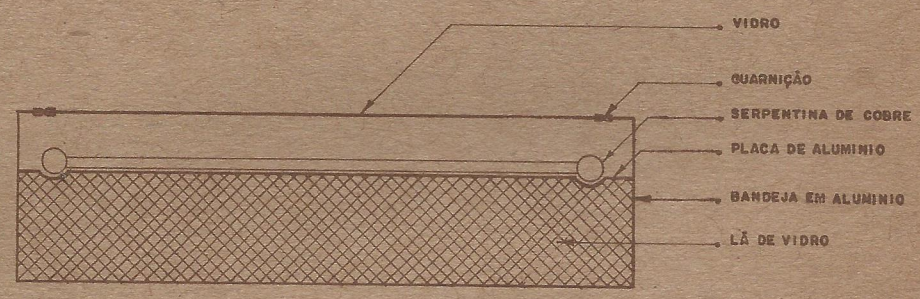
O tanque pode ser metálico (em ferro esmaltado ou cobre, devidamente isolado) ou composto por duas caixas de Brasilit, colocadas uma dentro da outra e isoladas termicamente entre si com lã de vidro ou similar.

As partes inferiores do coletor e do tanque são ligadas entre si, o mesmo ocorrendo com as superiores. Uma vez cheio o tanque e, por decorrência, a serpentina, a incidência da luz do sol sobre o coletor aquecerá a água que está dentro dele. E, sendo a água quente menos densa que a fria, começa a subir dentro da serpentina e do tubo, entrando no tanque. Cria-se assim um vazio no coletor, que é preenchido novamente com água fria. Ela também será aquecida e voltará para dentro do tanque, num ciclo contínuo, até que se obtenha o aquecimento de todo líquido do reservatório.

Cada coletor tem capacidade para aquecer, com sol brilhante, aproximadamente 100 litros de água a uma temperatura de 20 a 70 graus. Como a água fria em São Paulo está normalmente em 20 graus, sua mistura com a água do aquecedor daria cerca de 230 litros de água para banho, cuja temperatura normal é de 28 a 30 graus. Dessa forma, para uma residência onde vivam cinco pessoas, o ideal são dois coletores e um tanque de 150 a 200 litros.

Atualmente, a **Aero Dinâmica** tem três modelos disponíveis de aquecedor solar (ver quadro ao lado).





Modelo	Capacidade do depósito	Número de coletores	Temperatura aproximada da água em dias ensolarados	Temperatura aproximada da água em dias nublados
ADAS-1	150 litros	2	70°	57°
ADAS-2	200 litros	3	72°	59°
ADAS-3	300 litros	4	72°	60°

Conserva o calor

A perda de temperatura da água já aquecida do tanque é pequena, alcançando cerca de seis graus durante toda a noite. Para prevenir-se contra os dias totalmente encobertos, existem duas opções: uso de um pequeno aquecimento central elétrico ou a gás; colocação, dentro do tanque do aquecimento solar, de uma resistência elétrica acoplada a um termostato.

Segundo Ricardo Sommerman, diretor da Aero Dinâmica, o aquecedor solar apresenta duas vantagens principais sobre os outros tipos de aquecimento: ele usa uma força da natureza, poderosa, constante e que não está sujeita às oscilações econômicas; e o equipamento, uma vez instalado, praticamente não requer manutenção ou conservação, tendo uma durabilidade prevista de 10 anos.

O aquecedor solar destina-se principalmente a residências, piscinas, campings, instalações sanitárias de escolas, quartéis, canteiros de obras, etc. Mas ele também pode ser utilizado para o pré-aquecimento de pequenas e médias quantidades de água para fins industriais. No caso do aquecimento de piscinas, o uso do tanque de armazenamento da água é dispensável, pois a própria piscina cumpre essa função.

A Aero Dinâmica fabrica o coletor solar e faz sua adaptação ao reservatório de água e ao sistema hidráulico previstos no projeto arquitetônico. Por isso, a opção por esse tipo de aquecimento deve ser feita preferencialmente na fase de projeto. (A Aero Dinâmica fica na rua Fradique Coutinho, 1 459 — Tel. 210-6748 — São Paulo).

IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUITETOS
SÃO PAULO 25/29 OUT. 76

Destaques

A batalha para fixação de pisos salariais para arquitetos, engenheiros e agrônomos continua. O projeto de Nelson Carneiro vem recebendo o apoio das entidades de classe.

No Congresso, projeto de lei que eleva o mínimo profissional

Se o projeto de lei apresentado pelo senador Nelson Carneiro no final do ano passado for aprovado, os arquitetos (e, também, os engenheiros e agrônomos) passarão a ganhar dez salários mínimos por até seis horas diárias de trabalho e doze salários mínimos por mais de seis e até oito horas. Para esses cálculos, o salário mínimo base será o maior em vigência no país. Assim, as três categorias poderão se recuperar, em parte, do processo de deterioração que seu poder aquisitivo vinha sofrendo desde 1966, quando a Lei 4.950-A fixou seu piso salarial.

Todo o profissional das três categorias que contar com dois ou mais anos de exercício da profissão na execução direta de obras concernentes à sua especialidade ou que contar com mais de dez anos de atuação profissional terá direito a um acréscimo mínimo de 20% nos seus salários. A comprovação dessas condições será feita através de anotação nos CREAs.

O projeto de lei prevê também que os profissionais nele incluídos podem ter dois vínculos de emprego, com uma jornada de trabalho que some oito horas e com os salários obedecendo à seguinte tabela: jornada de uma hora, cinco salários mínimos; de duas horas, seis salários mínimos; de três horas, sete salários mínimos; de quatro horas, oito salários mínimos; de cinco horas, nove salários mínimos; de seis horas, dez salários mínimos; de sete horas, onze salários mínimos; e de oito horas, doze salários mínimos.

O profissional que exerce atividade autônoma deverá ter seus honorários mínimos por serviço em geral e na elaboração e execução de projetos fixados pelas tabelas de suas entidades sindicais.

Justificando a apresentação de seu projeto, o senador Nelson Carneiro afirma que, desde 1966, quando foi aprovado o piso salarial das três categorias, a situação econômico-financeira do país mudou bastante. E os salários mínimos fixados naquela época hoje "correspondem a valores realmente baixos, incompatíveis com o grau de habilitação profissional e com a dignidade devida ao setor".

O senador acrescenta que não somente empresas públicas, mas também privadas, remuneram atualmente os engenheiros em níveis superiores aos fixados pela lei, reconhecendo assim a deterioração do mínimo legal. E argumenta, também, que "os profissionais liberais autônomos, nas suas contribuições mensais ao INPS, para fins de aposentadoria, podem chegar a valores que têm como base até vinte salários mínimos, o que por si só já constitui um paradoxo diante da legislação fixando salários profissionais em níveis inferiores".

Seplan premia anteprojetos de escritórios regionais

Foram divulgados, em ato presidido pelo secretário Jorge Wilheim, no Instituto dos Arquitetos do Brasil-Dep. de São Paulo, os resultados do concurso de anteprojetos das sedes dos Escritórios Regionais de Planejamento-ERPLANs das cidades de Ribeirão Preto, Marília, Bauru, Araçatuba e Presidente Prudente — que passarão a funcionar em prédios próprios —, promovido pela Secretaria de Economia e Planejamento.

O presidente do IAB de São Paulo, arquiteto Benno Perelmutter, destacou a importância da retomada dos concursos públicos para a integração de jovens profissionais em suas carreiras. O secretário Jorge Wilheim, em resposta, lembrou que essa abertura de campos de trabalho faz parte da filosofia do governo paulista preconizada por Paulo Egydio Martins, "preocupado com a autarquização do trabalho de criação". E acrescentou: "A indução ao trabalho em obras de interesse público visa ampliar a base para um reequacionamento dos problemas do desenvolvimento. Cada profissional, isoladamente, pode imaginar que faz pouco, mas este pouco é aquela resposta cívica que cabe a cada um dar, para estar inserido na realidade em que vive".

Na foto Pedro Taddei, Décio Tozzi (IAB), Jorge Guilherme Franciscone (secretário geral da CNPU), Benno Perelmutter (IAB), Jorge Wilheim (Seplan).

Os vencedores

O juri do concurso, composto pelos arquitetos Décio Tozzi e Pedro Taddei Neto, do IAB; Lúcio Grinover, da FAU, e Takeshi Ushikusa, da Secretaria de Planejamento, examinou 77 projetos, elaborados por 82 arquitetos, para as novas sedes dos Escritórios Regionais de Planejamento, escolhendo os três melhores para cada uma das cinco cidades. Os prêmios totalizaram 160 mil cruzeiros e foram os seguintes:

Bauru

1.º lugar: Carlos Ferro, Marcos Acayaba, Marlene Milan Acayaba, Michail Lieders;
2.º lugar: Douglas Piccolo, Roberto Rondino, Sylvio de Ulhoa Cintra;
3.º lugar: Noêmio Xavier da Silveira Filho.

Marília

1.º lugar: Carlos Ferro, Marcos Acayaba, Marlene Milan Acayaba, Michail Lieders;
2.º lugar: Renato Viegas, Wilson Mariana, José Roberto Tieppo, Evaldo Torres;
3.º lugar: Douglas Piccolo, Roberto Rondino, Sylvio de Ulhoa Cintra.

Araçatuba

1.º lugar: Carlos Ferro, Marcos Acayaba, Marlene Milan Acayaba, Michail Lieders;
2.º lugar: Joaquim Barretto, Francisco Segnini Junior;
3.º lugar: Flávio Marcondes, Tito Lívio Frascino, Vasco de Mello.

Ribeirão Preto

1.º lugar: Augusto Cesar Laranjeira Machado, Carlos Hideki Matuzawa, Humberto Tetsuya Yamaki, Tomar Ferreira de Lima;
2.º lugar: Douglas Piccolo, Roberto Rondino, Sylvio de Ulhoa Cintra;
3.º lugar: Grupo Novo (José Carlos de Lima e Ésio Glacy de Oliveira, de São José do Rio Preto).

Presidente Prudente

1.º lugar: não houve
2.º e 3.º lugares em empate entre: Grupo Novo (José Carlos de Lima Bueno e Ésio Glacy de Oliveira; Douglas Piccolo, Roberto Rondino, Sylvio de Ulhoa Cintra).

O professor Antonio Chaves analisa neste artigo os problemas jurídicos que envolvem a identificação do autor e o registro da obra.

Identificação do autor e registro da obra

Para identificar-se como autor, poderá o criador da obra intelectual, usar do seu nome civil, completo ou abreviado (até por suas iniciais), pseudônimo, ou qualquer outro sinal convencional.

Chamaria a atenção, principalmente, dos dirigentes do Instituto que congrega os arquitetos em geral para esta matéria. Declara o art. 17 que para segurança dos seus direitos o autor da obra intelectual poderá registrá-la, conforme a sua natureza, na Biblioteca Nacional, na Escola de Música, na Escola de Belas Artes da U.F.R.J., no Instituto Nacional de Cinema, e finalmente no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

A Lei n.º 5.988 tem uma característica muito curiosa: enquanto todas as leis brasileiras encerram com o tradicional "revogam-se as disposições em contrário", diz o oposto — que entrará em vigor em janeiro de 1974, ressalvada a legislação especial que com ela for compatível.

Poderia ter aproveitado a oportunidade, para consolidar tudo que existe em matéria de direito de autor, a fim de que não permanecessem dúvidas sobre se os dispositivos anteriores continuam ou não em vigor.

Mas a Lei n.º 5.914 de 24/12/1966, que regula a profissão do arquiteto, do engenheiro e do agrônomo não atribui ao Conselho Federal, mas aos Conselhos Regionais, a incumbência de registrar essas obras de intelectuais.

Não que esse registro seja indispensável para a proteção das obras: serve apenas para assegurar o direito de autor, para facilitar a prova de que em tal data ele concebeu determinado projeto, lançou as suas idéias no papel. Poderá provar por outros meios que não o do registro. De qualquer maneira é um dispositivo que deverá ser pensado, isto é, deverá o legislador resolver se mantém o critério da lei centralizando no Conselho Federal esse registro, ou como parece mais lógico continuar obedecendo ao critério da Lei n.º 5.914 — que atribui aos Conselhos Regionais a missão de centralizar essas informações.

Mais alguns dispositivos poderiam ser mencionados, por exemplo o art. 49, n.º I, letra **e**, de lei declara não constituir ofensa ao direito do autor a reprodução de obra de arte, existente em logradouro público, podendo pois qualquer pessoa reproduzi-la sem ofensa ao direito do autor.

Ora, basta considerar que grande parte das criações arquitetônicas, como prédios e monumentos estão situadas nas ruas e nas praças, nos locais públicos em geral, para que se perceba como é perigoso esse dispositivo.

Um arquiteto obteve busca e apreensão de reproduções de exemplares do monumento do Cristo Redentor, erigido no Corcovado, com fundamento no art. 673 do Código Civil, relativo ao registro, para segurança dos direitos autorais, contra negociantes de São Paulo.

Interposto agravo do despacho, manteve-o o magistrado de primeira instância, invocando o art. 672 que autoriza a medida ao autor ou proprietário, cuja obra se reproduzir fraudulentamente, subsistindo-lhe, ainda, o direito a indenização de perdas e danos, mesmo que nenhum exemplar se encontre.

O Art. 673 havia sido regulamentado em 18/01/1917, por Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.

"Art. 1.º — O registro, a que se refere o art. 673, do Código Civil, para segurança dos direitos do autor, será efetuado na Escola Nacional de Belas Artes, quanto às obras de caráter artístico".

Tendo Heitor da Silva Costa provado o registro de sua propriedade do projeto do monumento ao Cristo Redentor, satisfazendo assim as exigências legais, e sendo expresso o parágrafo único do citado art. 673 em declarar que "as certidões do registro induzem a propriedade da obra, salvo prova em contrário", mal não andava aceitando, como prova de propriedade, a aludida certidão.

Em sua contra-minuta alegou o interessado não ter sido provado que a obra fosse de domínio público.

"Construída com a contribuição dos católicos brasileiros, em um país onde a Igreja é separada do Estado, e sem que tivesse sido entregue ao Poder Público, e até, pelo contrário, estando a sua conservação a cargo da ordem religiosa fundada para esse fim, a Ordem do Cristo Redentor, nem estando construída em lugar que não é rua, nem praça, não pode implicitamente ser considerada do domínio público.

A lei civil, artigos 65 e 66, estabelece quais os bens públicos e neles não se enquadra o caso presente...

O simples fato de ser visível o monumento não lhe dá o caráter de bem do domínio público".

Mas a Quarta Câmara do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por acórdão unânime de 28/01/1932, Rev. dos Tribunais, vol. 82/56, reconhecendo embora estivesse o requerente armado de um registro sobre direitos autorais, era certo que estes dizem respeito à obra de arte, o monumento em questão, erigido que foi em local público.

O Código Civil, pelo art. 666, n.º IX, declara não se considerar ofensa aos direitos de autor a reprodução de obra de arte existente em ruas e praças. Diante de tão claro dispositivo legal, não se via como pudesse ser encontrada a alegada ofensa.

Terá fundamento semelhante conclusão?

Respondendo afirmativamente, chegaremos a que o provento que poderia caber ao idealizador da obra vai beneficiar estranhos que não deram qualquer contribuição para a sua realização.

Tanto o dispositivo do Código Civil, como o correspondente art. 49, e, citado da Lei 5.981 deveriam, no meu entender, ser interpretados no sentido de facultar a reprodução dessas obras em trabalhos individuais de pintura, escultura ou semelhantes, mas não para fins de reprodução com finalidade industrial, para ampla comercialização.

A contraprova de que o princípio é verdadeiro vamos retirá-la do art. 51 da lei, embora restringindo o direito de reprodução de fotografia em obras científicas e didáticas, tornando-a permitida, aponta dois requisitos indispensáveis: a indicação do nome do autor e o pagamento a este de retribuição equitativa, a ser fixada pelo Conselho Nacional de Direito Autoral.

Nota da Redação:
Devido a um "falha técnica" deixamos de mencionar, no Arquiteto 35, o nome do professor Antonio Chaves, como autor do artigo sobre Direitos Autorais. Esta série foi coordenada pelo Sindicato dos Arquitetos.

FOTOS DE MAQUETES
FOTOGRAFOS
FOTOGRAFOS
FOTOGRAFOS ASSOCIADOS
Rua Cel. Oscar Porto 845 São Paulo fone 711957

INPS

Nova escala de salários base para contribuição dos arquitetos autônomos

A Lei 6 332/76 trouxe alterações substanciais à questão das contribuições devidas à Previdência Social. Os arquitetos que trabalham como profissionais liberais se enquadram na categoria de autônomos. Assim, de acordo com o seu tempo de filiação na Previdência Social, recolhia suas contribuições, até o mês de abril passado, tendo por base o valor de referência. Com as alterações introduzidas pela nova lei, há uma nova escala de salários-base para recolhimento das contribuições devidas ao INPS pelos autônomos, sócios de empresas, titulares de firmas individuais e contribuintes facultativos. Ela é a seguinte:

Tempo de Filiação	Salários-base
Até 1 (um) ano salário mínimo regional de	Cr$ 768,00
Mais de 1 até 2 anos	Cr$ 1.487,20
" " 2 até 3 "	Cr$ 2.230,80
" " 3 até 5 "	Cr$ 3.718,00
" " 5 até 7 "	Cr$ 5.205,20
" " 7 até 10 "	Cr$ 7.436,00
" " 10 até 15 "	Cr$ 8.923,20
" " 15 até 20 "	Cr$ 11.154,00
" " 20 até 25 "	Cr$ 13.384,80
" " 25 anos	Cr$ 14.872,00

Para determinar o valor de contribuição mensal, basta verificar na escala acima qual o tempo de filiação em que se enquadra o contribuinte e multiplicar o valor do salário base por 16%. Feito o cálculo, preenche-se o carnet de recolhimento e efetua-se o pagamento em qualquer dos estabelecimentos bancários autorizados pelo INPS, sempre até o último dia do mês subseqüente.

Muitos são os arquitetos que mantêm emprego fixo em determinada empresa, com vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), e exercem habitual ou esporadicamente a sua profissão na qualidade de autônomo, prestando seus serviços para outras empresas ou particulares fora de seu horário de trabalho. Esses profissionais devem fazer seu cadastramento ou recadastramento junto ao INPS. Para isso, basta se dirigir a um estabelecimento bancário qualquer, levando a cédula de identidade e o CPF. O banco fornecerá um carnê com o número de inscrição do novo contribuinte, que passará a recolher sua contribuição mensal como autônomo por intermédio do carnê.

Vale lembrar a forma como deve ser efetuada a contribuição dos arquitetos que se encontram nessa situação — isto é, que exercem ao mesmo tempo sua profissão como empregado e como autônomo. Tomemos como exemplo um arquiteto que receba no emprego um salário de 10 mil cruzeiros e esteja filiado ao INPS entre 15 e 20 anos. Esse profissional recolhe a contribuição sobre o seu salário de 10 mil cruzeiros e, por outro lado, de acordo com o seu tempo de filiação, poderá recolher uma contribuição total sobre 11 mil e 154 cruzeiros. Assim, deve-se deduzir de 11 mil e 154 cruzeiros o valor de 10 mil cruzeiros e recolher sobre a diferença de 1 mil e 154 cruzeiros por intermédio do carnê de autônomo.

Se o mesmo arquiteto tivesse entre 10 e 15 anos de filiação, não haveria necessidade de nenhum recolhimento suplementar como autônomo, mesmo na hipótese de se possuir o carnê. De acordo com a nova escala, para quem conta entre 10 e 15 anos, o salário base é de ..... Cr$ 8.922,20; mas o recolhimento no emprego foi sobre 10 mil cruzeiros e, portanto, superior ao valor estabelecido na escala. Por último, é preciso salientar que, em qualquer hipótese, existe sempre um teto de contribuição. A partir de 1.º de julho deste ano, ela nunca deve ser recolhida sobre importância superior a 15 mil e 872 cruzeiros.

(Estas informações são do **Escritório Jacobina**, que dá consultoria grátis para os sócios do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo; ele fica na avenida Ipiranga, 879 — 8.º andar — salas 87 e 88 — fones: 35-2536 e 32-8967).

você ainda pinta parede?

Com toda a sinceridade, achamos que não. Certamente você já conhece as inúmeras vantagens dos revestimentos. Mas, queremos lembrar com este anúncio as vantagens que você tem a mais quando inclui nos seus projetos os serviços da ACAB':

KNOW HOW
Nossa equipe de profissionais tem intimidade com as mais modernas técnicas e a experiência de mais de 980.000 m2 aplicados.

OPÇÕES DE PRODUTOS
O revestimento certo para o ambiente certo. CORTIÇAS, VULCATEX, VICRATEX, PLAVIMURAL, PAPÉIS DE PAREDE, PAINÉIS FOTOGRÁFICOS, TECIDOS em grande variedade de motivos.

ASSISTÊNCIA NAS OBRAS
Supervisão técnica durante a execução das obras. Fidelidade absoluta nos prazos de entrega.

PREÇO
Os preços e alternativas de pagamento são realmente uma vantagem a mais que você pode oferecer a seus clientes.

ACAB REVESTIMENTOS

Solicite nossos catálogos
Rua Miguel Lemos, 41 - Gr. 304 - **237-5757** e **257-5404**

AG